Luís Augusto Rodrigues de Carvalho

Abuso Sexual de Menores

Distrito de Bragança

Estudo médico-legal

Porto

2002

Luís Augusto Rodrigues de Carvalho

Abuso Sexual de Menores

Distrito de Bragança

Estudo médico-legal

Porto

2002

Luís Augusto Rodrigues de Carvalho

Abuso Sexual de Menores

Distrito de Bragança

Estudo médico-legal

Tese de Mestrado em Medicina Legal

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

Universidade do Porto

2002

Agradecimentos

O presente trabalho só se tornou possível graças ao contributo e disponibilidade de algumas pessoas, nos momentos em que necessitámos de maior apoio e auxílio, nas dificuldades com que nos fomos deparando ao longo da sua realização. O nosso reconhecido agradecimento.

À Sr.ª Prof. Doutora Maria José Carneiro de Sousa, orientadora da presente investigação, pelo seu incentivo, pelas suas palavras de encorajamento que nos são necessárias nos momentos de desânimo, pelo esclarecimento nos momentos de dúvida, pelas sugestões e críticas que nos permitiram desenvolver a nossa criatividade.

Ao Dr. João Gomes pelos seus contributos informáticos e estatísticos, sem os quais o presente estudo não seria possível.

Ao pessoal dos Tribunais do Distrito de Bragança em que decorreu a investigação, e em especial aos Procuradores do Ministério Público, pela receptividade e apoio que nos proporcionaram.

Por fim, a todos os que de forma directa ou indirecta nos apoiaram para que este trabalho fosse uma realidade.

À memória do meu pai

À minha mãe

À minha filha

INDICE GERAL **Pág**

INTRODUÇÃO----------10

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO----------14

1– A CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL----------15

1.1– Nota Histórica----------15

1.2– Características definidoras do abuso sexual----------18

1.3– Legislação sobre o abuso sexual de menores ----------21

2– SEXUALIDADE INFANTIL versus AGRESSÃO SEXUAL----------23

3– O ABUSO SEXUAL DE MENORES: PASSADO E PRESENTE.

QUE FUTURO?----------26

3.1– Incidência dos abusos sexuais de menores----------28

3.2– Prevalência dos abusos sexuais de menores----------32

4– O CONTEXTO DA INTERACÇÃO ABUSIVA----------37

4.1– Natureza do abuso sexual----------37

4.2– Relação de confiança entre agressor/ vítima----------38

4.3– Espaço ambiental envolvente----------39

4.4– Sexo do agressor/vítima----------40

4.5– Faixa etária agressor / vítima----------41

4.6– Estratégias utilizadas para a agressão sexual----------42

4.7– Efeitos do abuso sexual nas vítimas----------44

4.8– Conduta desenvolvimental do agressor ----------50

PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA----------52

1– CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO----------53

2– METODOLOGIA----------54

2.1- Selecção da amostra----------54

2.2- Variáveis em estudo----------55

3– TRATAMENTO ESTATÍSTICO----------56

4– APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS----------59

4.1– Caracterização geral da amostra----------59

4.1.1 – Características demográficas dos agredidos----------60

4.1.2 – Caracterização da queixa e respectivo processo ----------63

4.1.3 – Caracterização do agressor----------65

4.2– RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS EM ESTUDO ----------67

4.2.1– Análise categórica de componentes principais ----------67

4.2.2– Análise de Correspondências----------74

4.2.2.1– Relação Concelho e Origem da Queixa----------74

4.2.2.2– Relação Concelho e resultado final do processo----------76

4.2.2.3– Relação Origem da Queixa e Resultado final do processo-------78

4.2.2.4– Relação Origem da Queixa e Autor da queixa----------79

4.2.2.5– Relação Concelho e idade do agredido ----------81

4.2.2.6– Relação agressor e nº irmãos do agredido----------82

4.2.2.7– Relação resultado final do processo e idade do agredido ------84

4.2.2.8– Relação origem da queixa e agressor ----------85

5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ----------88

6 – CONCLUSÕES----------94

BIBLIOGRAFIA----------98

INDICE DE GRAFICOS **Pág**

Gráfico1- Distribuição de frequências relativas da idade dos agredidos---------60

Gráfico 2- Distribuição de frequências relativas do género sexual do agredido----------61

Gráfico 3- Distribuição de frequências relativas do número de irmãos do agredido----------61

Gráfico 4- Distribuição de frequências relativas do concelho do agredido-------62

Gráfico 5- Distribuição de frequências relativas do autor da queixa----------63

Gráfico 6- Distribuição de frequências relativas da origem da queixa----------64

Gráfico 7- Distribuição de frequências relativas do resultado final do Processo----------64

Gráfico 8- Distribuição de frequências relativas do resultado da sentença------65

Gráfico 9- Distribuição de frequências absolutas da classe etária do Agressor----------66

Gráfico 10- Distribuição de frequências relativas da relação familiar entre o agressor e o agredido----------67

Gráfico 11- Correlações entre cada variável nas 2 dimensões----------68

Gráfico 12- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e origem da queixa----------76

Gráfico 13- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e resultado final do processo----------77

Gráfico 14- Representação da Dispersão entre as variáveis Origem da Queixa e Resultado final do processo----------79

Gráfico 15- Representação da Dispersão entre as variáveis origem da queixa e autor da queixa----------80

Gráfico 16- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e idade do agredido----------82

Gráfico 17- Representação da Dispersão entre as variáveis agressor e nº de irmãos do agredido----------83

Gráfico 18- Representação da Dispersão entre as variáveis resultado final do processo e idade do agredido----------85

Gráfico 19- Representação da Dispersão entre as variáveis origem da queixa e agressor----------86

INDICE DE TABELAS **Pág**

Tabela 1- Distribuição de frequências segundo o grupo etário dos agredidos---60

Tabela 2- Distribuição de frequências do género sexual do agredido----------61

Tabela 3- Distribuição de frequências do número de irmãos do agredido---------61

Tabela 4- Distribuição de frequências do concelho do agredido----------62

Tabela 5- Distribuição de frequências do autor da queixa----------63

Tabela 6- Distribuição de frequências do resultado final do processo----------64

Tabela 7- Distribuição de frequências do resultado da sentença----------65

Tabela 8- Distribuição de frequências da relação familiar entre o agressor e o agredido----------67

Tabela 9- Correlações entre cada variável nas 2 dimensões ----------68

Tabela 10- Relação entre as variáveis Concelho e origem da queixa----------75

Tabela 11- Relação entre as variáveis Concelho e resultado final do processo----------77

Tabela 12- Relação entre as variáveis Origem da Queixa e Resultado final do processo----------78

Tabela 13- Relação entre as variáveis origem da queixa e autor da queixa----------80

Tabela 14- Relação entre as variáveis Concelho e idade do agredido----------81

Tabela 15- Relação entre as variáveis agressor e nº irmãos do agredido---------83

Tabela 16- Relação entre as variáveis resultado final do processo e idade do agredido----------84

Tabela 17- Relação entre as variáveis origem da queixa e agressor----------86

INDICE DE FIGURAS **Pág**

Figura 1- Gráfico de dispersão das pontuações obtidas para todas as variáveis nas duas componentes----------70

Figura 2- Representação gráfica dos centróides : média dos scores em cada dimensão para cada categoria das variáveis----------71

RESUMO

A presente investigação visa essencialmente estudar a ocorrência dos abusos sexuais a menores no Distrito de Bragança. Foi desenvolvido um estudo exploratório descritivo, de carácter epidemiológico, obtendo uma amostra de 73 casos em processos judiciais, ocorridos entre 1991 e 2000. Foram recolhidos dados após elaboração de uma ficha de registos, com as variáveis a estudar. A pouca informação contida nos processos, limitou bastante a profundidade e abrangência do estudo.

Neste contexto, verificamos que o abuso sexual ocorre em crianças de diferentes idades, apesar de ser mais comum na faixa etária dos 11-14 anos (79,2%), do sexo feminino em 98,6%, com agregado familiar elevado. A totalidade dos agressores é do sexo masculino e 14% são familiares da vítima. 74% têm entre 35 a 58 anos, com uma média de 45 anos. A distribuição do crime de abuso sexual de menores pelos Concelhos do Distrito é quase homogénea. Dessa forma podemos dizer que, independentemente do meio ser mais rural ou mais urbano, os abusos ocorrem e são denunciados da mesma forma. Em 64% as queixas são efectuadas pelas mães das vítimas, mas também em 80%, as desistências. A queixa da própria vítima só se verificou em 14%, desistindo 5%. Dos processos estudados, apenas em 19% dos casos os agressores foram julgados e a sentença foi de pena suspensa em 72%.

Em termos gerais, os resultados deste estudo remetem-nos para a transversalidade cultural e social do fenómeno, não podendo delinear um perfil da vítima, do agressor ou do contexto abusivo.

INTRODUÇÃO

Falar de abusos sexuais de menores significa falar de maus-tratos infantis, mas com uma característica muito particular, pelo facto de se relacionar com a sexualidade e com a infância.

Esta temática começou a ser motivo de preocupação de diversos investigadores na actualidade, apesar da sua existência se remontar a séculos passados. O reconhecimento da evidência de que, além de ser um tipo de mau trato infantil, o abuso sexual de menores é também um crime de natureza sexual, levou a comunidade científica a demonstrar interesse em conhecer os aspectos que envolvem tal problemática. Só na década de setenta é que os abusos sexuais a menores começam a ser tratados como um problema de interesse público, surgindo as primeiras pesquisas efectuadas por norte-americanos e que permitiram algumas clarificações sobre a extensão e as características do abuso sexual a menores (Finkelhor,1979)

Em Portugal ainda não há muitos estudos sobre a nossa realidade no que concerne este tema, daí o nosso interesse em contribuir para o seu estudo. Uma vez que o presente trabalho é realizado no âmbito do I Mestrado de Medicina Legal, enquadrando-se num tempo e espaço limitados, objectivamos um levantamento da ocorrência dos abusos sexuais a menores, no Distrito de

Bragança, desde 1991 a 2000, fazendo uma investigação exploratória e descritiva de carácter epidemiológico.

O presente trabalho é dividido em três partes principais. Na primeira enquadramos a contextualização teórica do fenómeno em estudo. Numa segunda parte fazemos algumas considerações metodológicas da prática, com definição dos objectivos, população, metodologia, seguida da apresentação do tratamento estatístico dos dados e sua análise. Na terceira parte, tem lugar a discussão dos resultados sendo as conclusões consecutivas, procurando ser uma síntese das principais ideias de uma análise reflexiva do desenvolvimento da pesquisa.

Não pretendemos definir o perfil das vítimas e dos agressores, como se fosse necessário descobrir as constantes que motivam as agressões sexuais, mas sim, caracterizar uma dada população quanto a uma forma de violência e, em certa medida, contribuir para a compreensão de algumas variáveis que intervém na envolvente do abuso sexual de menores num distrito do interior norte do País.

Ao pensarmos nas crianças vítimas desse acontecimento traumático, tentamos visualizar o seu futuro, como membros construtores e participadores da Sociedade. Mas, antes de serem membros de uma Sociedade global, pertencem a uma específica e de vital importância para o seu desenvolvimento - a família. Analisamos então o que tende a ser hoje a família, um casal de adultos residindo num apartamento de pequenas dimensões que trabalham fora e longe de casa, com dois ou três filhos dependentes, onde o lar é para dormir,

não havendo tempo de convivência, de acompanhamento e de desenvolvimento de laços fundamentais para uma boa relação.

A criança tem necessidade de contar com pais com quem possa se identificar. É assim que mobiliza e recria o seu autodesenvolvimento, com sentimentos de acolhimento e aceitação e adquire os padrões de orientação da sua conduta na vida.

No entanto, Geller e Strauss (1979), afirmam que uma pessoa é provavelmente mais facilmente agredida, ou mesmo morta, no lar e por um membro da sua família do que em qualquer outro lugar e por alguém estranho.

A maioria da violência inicia-se na família. A diferença de idades, a diferença de sexos, o direito de influenciar comportamentos, o exercício da autoridade, quando em conflito, obriga o grupo familiar a tomar partido por uma das partes que humilha as partes em discórdia. No contexto familiar, a manipulação e a dependência afectiva das crianças não se traduzem em alternativas para elas, pois são dependentes bio psico e socialmente dos seus progenitores, levando-as a aceitar o abuso como legítimo. Como tal, o abuso sexual de menores integra-se num desrespeito pelos adultos da sua responsabilidade biológica e psicossocial de protecção e socialização das crianças.

Nesta dinâmica de agressão, para além do agressor e da vítima, situamos os terceiros, muitas vezes integrantes da família que, pelo medo, alheamento ou indiferença, sabem, mas nada fazem, para se opor ou criar situações de mudança a esta situação. Assim sendo, a criança vai integrando, de um modo progressivo e acrítico, os comportamentos e crenças dos seus

opressores (algumas vezes eles mesmos vítimas deste processo na sua infância).

A violência traduz então uma disfunção social (um abuso do poder) com sofrimento do abusado, mas também do abusador e da matriz social próxima. Esta disfunção desencadeia falhas profundas na transmissão e integração dum modelo de autoridade parental e das leis que regem as relações sociais. Pensamos sempre que as coisas más nunca vão acontecer connosco ou com os nossos (familiares ou amigos).

Estas duas realidades, por um lado a violência que existe, por outro a recusa em admiti-la por parte de quem a sofre, a executa e perpetua, tornam possível a impossibilidade de termos uma exacta noção da sua verdadeira dimensão. Só pelo conhecimento da situação, se poderá libertar a vítima dos efeitos traumáticos e alienantes do terror familiar e possibilitar aos agressores a elaboração do carácter traumático e abusivo das suas atitudes e a possibilidade de reparação legal ou simbólica do mal que fizeram.

PARTE I

Enquadramento Teórico

1- A CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

"Conhecer as práticas e as ideias que apoiavam e promoviam muitos actos socialmente aceites em determinada época, relativamente à infância, e que hoje nos parecem brutais, pode contribuir para uma compreensão actual do fenómeno dos maus tratos"...(Magalhães, 2001), nomeadamente o abuso sexual.

1.1- Nota Histórica

A história da violência exercida sobre a criança, vítima de abuso sexual, confunde-se com a história da própria humanidade. Quanto mais recuamos no tempo, maiores são as atrocidades cometidas contra a criança.

Na Grécia antiga foi usual a imolação de primogénitos quando a vida do rei corria perigo acreditando-se que, com esta prática, se conseguia a acalmia da fúria dos deuses. O abandono ou eliminação de prematuros, deficientes, dos fracos, era socialmente aceite e por vezes obrigatória. Os pais eram os proprietários dos filhos com poder absoluto sobre eles. Existindo a forte convicção de que o castigo físico era necessário e indispensável para impor e manter a disciplina, para adquirir regras de educação e expulsar espíritos malignos, não é de estranhar que esta atitude se mantivesse por muitos

séculos. O incesto não era proibido em Atenas e a união entre parentes próximos era até recomendada para conservar e reforçar os laços de família (Pinto da Costa, J 1996).

No séc. XVIII foi criada a "Roda" geralmente à entrada das igrejas, onde eram expostas as crianças abandonadas que, na sua maioria, acabavam por morrer. Os filhos ilegítimos eram vítimas de abandono, vendidos como escravos, utilizados como mão-de-obra barata ou oferecidos a famílias mais abastadas como criados, em troca de favores. As práticas sexuais com adolescentes eram naturalmente admitidas. Santo Agostinho na sua obra "A cidade de Deus" refere que a criança é desde sempre e naturalmente tendente ao pecado, pois em pecado foi concebida, tendo permitido punir e condenar as crianças dentro dos parâmetros dos adultos. Esta noção de educação como punição predominou até épocas recentes.

No diário de Heroard médico do rei francês Luís XIII encontram-se referências aos jogos de crianças com adultos, sendo-lhes permitida toda a liberdade de linguagem e jogos de corte até aos sete anos, sendo depois treinados nas "decências de maneiras e linguagem". Só quando o matrimónio assume socialmente um valor importante, é que as crianças começaram a ser educadas e preparadas para a castidade.

Relatos da Inquisição no Brasil revelam que sacerdotes utilizaram para a sua satisfação sexual, crianças escravas de tenra idade. Num destes relatos um padre confessa o seu pecado por ter tido relações anais com duas crianças de sete anos. Mas o seu pecado e "seu crime era o ter praticado cópula anal - considerada na época um abominável crime de sodomia" (Mott, 1993:122).

Só quando se institui legalmente a idade para a primeira relação sexual, se começou a proteger a criança. Na Grã-bretanha da era Isabelina a idade era de dez anos para as meninas (Renvoise, 1993).

No decurso do séc. XIX e com a explosão da revolução industrial foi-se desenvolvendo a convicção da necessidade de proporcionar melhores condições de bem-estar a toda a sociedade e também à criança.

A Igreja católica tentou ajudar as crianças abandonadas, criando asilos para as acolher, mas devido à sua superlotação, a falta de higiene, a prevalência de doenças e a falta de preparação do pessoal para as cuidar levou a uma elevadíssima taxa de mortalidade.

A I Guerra Mundial pelos seus efeitos devastadores levou Gebbs a fundar em Genebra, em 1920, a "União Internacional de Socorros às crianças" e dotou-a de uma carta de cinco princípios aprovados pela 5ª Assembleia da Sociedade das Nações (1924), conhecida pela "Carta dos Direitos da Criança ou Declaração de Genebra" que foi reconhecida na legislação de vários países.

A II Guerra Mundial veio dar impulso à evolução nesta matéria. Foram criados organismos como a UNICEF em 1947. Em 10 de Dezembro de 1948 foi aprovada a "Declaração Universal dos Direitos Humanos" e em 20 de Novembro de 1959 as Nações Unidas aprovam a "Declaração dos Direitos da Criança". Em 1992 o Parlamento Europeu aprovou a "Carta Europeia dos Direitos da Criança".

Apesar do nível dos nossos conhecimentos actuais, relativos ao crescimento e desenvolvimento da criança, da consciencialização da necessidade de protecção à infância, a violência sobre a criança nomeadamente a sexual perpetua-se na nossa sociedade nos inícios do séc. XXI.

1.2- Características definidoras do abuso sexual

Quando procuramos na literatura científica uma definição de "abuso sexual", constatamos que não é consensual. Os critérios para a sua definição são vários e por vezes ambíguos, o que leva a divergentes conclusões.

Numa situação de abuso sexual a menores estão em jogo pelo menos três subjectividades: a do agressor, a da vítima e a do observador. Este facto torna difícil a definição da experiência como abusiva, pois as várias subjectividades dos intervenientes podem não ser coincidentes.

A avaliação do abuso sexual pela vítima pode não ser percebida como tal, uma vez que, na nossa cultura ocidental ensina-se às crianças que devem obediência e respeito aos adultos e que são estes que sabem o que é bom para elas, pois ao adulto se atribui a função socializadora e protectora das normas e regras.

A criança não distingue as condutas abusivas das condutas afectivas, porque é muito pequena, podendo viver a situação como agradável e não traumática, além de que a sua relação inferior de poder, não lhe permite tomar uma decisão livre.

Quanto ao agressor este sabe que comete algo errado embora quase sempre negue o abuso sexual. Alguns pais agressores chegam a considerar que o abuso sexual é menos grave quando cometido por eles, do que se cometido por estranho. Esta avaliação é condicionada pela noção de controlo, de poder, de amor, de possessão, onde a motivação "professor/amante" actua

como crença de que, ao serem iniciadores sexuais, as suas experiências são expressões positivas de amor.

Quanto aos profissionais a avaliação subjectiva de uma situação como abusiva ou não, está condicionada pelas suas atitudes em relação à sexualidade em geral. Os seus critérios devem basear-se nos factos.

Para se chegar ao "abuso sexual a menores", torna-se necessário enquadrar a situação. Várias questões se colocam ao observador na hora de decidir se a situação é ou não abusiva:

⇒ *Quais as condutas abusivas? Os contactos sexuais não físicos também são abusivos?*

Cada vez mais existe um consenso para considerar as condutas sexuais que não impliquem um contacto físico como possivelmente abusivas. Para além do contacto directo oral, vaginal, rectal e manipulação dos órgãos genitais, também o exibicionismo, a exposição e colaboração na pornografia e a linguagem sexualmente agressiva são classificadas como abusivas.

⇒ *Quais são os limites entre as relações afectivas e abusivas?*

Aqui o importante é avaliar a intenção do acto por parte do adulto e se com o mesmo se pretende obter a sua própria satisfação sexual.

⇒ *Que diferença de idade deve haver entre o agressor e a vítima?*

Embora com variações o maior consenso obtém-se numa diferença de cinco anos entre agressor e vítima.

⇒ *Que tipo de reacção deve ter a vítima para que a relação seja considerada abusiva?*

A passividade da vítima, o segredo, a cumplicidade que mantenha com o agressor, não exime da culpabilidade o agressor e que seja avaliada como tal.

⇒ *Só existe abuso sexual quando houver dano físico?*

O exame físico não pode ser considerado exclusivo como prova de abuso, pois só numa pequena parte das vítimas estão presentes ou porque nunca existiram ou porque desaparecem com o tempo. Também as lesões psicológicas e ou comportamentais, aspectos intrínsecos ao ego da criança, emocionais, reaccionais e afectivos em relação a si própria, aos pais e às pessoas que estão à sua volta devem ser valorizadas

Consideramos assim "abuso sexual a menores", quando uma pessoa "adulta" ou "menor" com assimetria de idade e coerção (força física, pressão psicológica ou engano) leva a cabo comportamentos sexuais com um menor.

Os comportamentos sexuais incluem os contactos físicos: sexo anal, vaginal ou oral, introdução de objectos na vagina ou ânus, carícias nos órgãos genitais do agressor ou do menor; obrigar o menor a manter contactos sexuais com animais, bem como a exploração sexual como produção de pornografia, prostituição infantil ou obrigar o menor a assistir a actividades sexuais de outras pessoas.

1.3- Legislação sobre o abuso sexual de menores

O direito tem assumido contornos sociais tentando na sua essência adequar-se à cultura e ao espaço- tempo em que está enquadrado. O Código Penal português actual, revisto em 1995, é liberal, tendo em conta o código de 1886, reformado em 1982 (Marreiros, 1997). De notar que não só foram actualizadas as distribuições sistemáticas dos crimes, mas também a modificação das penas, alargando-as em quase todos os casos.

Na referida revisão de 1995, os crimes sexuais que antes eram considerados crimes contra os bons costumes (C.P.1886) ou crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade (C.P.1982), passam a integrar um capítulo autónomo sob a epígrafe de Crimes contra a liberdade e a auto determinação sexual (Alves 1997; Marreiros 1997; Moura 1998).

Segundo resume Alves (1997) em termos jurídicos, dano é qualquer diminuição do bem jurídico, assim que o bem jurídico "é um bem, não do Direito, mas dos homens reconhecido e tutelado pelo Direito" (p.40). Assim, o bem jurídico que pretende defender a revisão do Código Penal de 1995, é a liberdade sexual que se refere à liberdade de viver e expressar a sexualidade.

Os crimes sexuais passam a integrar duas secções do Capítulo V, a Secção I dos **crimes contra a liberdade sexual** e a Secção II dos **crimes contra a autodeterminação sexual**, em que se trata especificamente dos crimes sexuais contra crianças (Marreiros, 1997)

A novidade que o código actual apresenta em relação aos anteriores, é a criação de um artigo específico sobre os abusos sexuais a crianças, em

concreto o artigo 172º em que o bem jurídico acautelado em face de condutas de natureza sexual, que em consideração da pouca idade da vítima podem, mesmo sem coacção, prejudicar gravemente o livre desenvolvimento da sua personalidade (Figueiredo Dias, 1996), embora existam outros artigos que contemplam as agressões a menores (Moura, 1998). Estes ocupam a Secção II referida aos crimes contra a autodeterminação sexual e distribuem-se da seguinte forma: art.173º-abuso sexual de adolescentes e dependentes, art.174º-estupro, art. 175º- actos homossexuais com menores e art.176º-lenocinio com menores. As idades a que se referem são: menor de 14 anos, menor entre 14 e 16 anos e menor entre 16 e 18 anos. O novo Código também prevê o agravamento da pena para os crimes previstos na Secção I (art.163º a 171º) dos crimes contra a autodeterminação sexual que envolvam crianças menores de catorze anos (art.177º nº 4). Assim, as penas são agravadas quando houver coacção sexual (art.163º), violação (art.164º), abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (art.165º) e abuso de pessoa internada (art.166º), fraude sexual (art.167º), procriação artificial não consentida (art.168º), tráfico de pessoas (art.169º), lenocínio (art.170º) e exibicionismo (art.171º).

Houve por parte do legislador um especial cuidado em não utilizar expressões com conteúdo moralizante, do ponto de vista da sexualidade. Deixou, no entanto, ambíguo e por esclarecer a forma de actuação legal em casos de agressão sexual feitas por crianças ou adolescentes.

Outro conceito polémico é a introdução da expressão "acto sexual relevante" que tem gerado controvérsia entre legisladores e outros profissionais. Não clarificando o conceito nem de acto sexual, nem de relevante, fica a

possibilidade de uma aplicação inadequada do termo. O que é um acto sexual vimos já que, na literatura científica, é um aspecto controvertido e que está determinado por matizes culturais. O que possui relevância, além de cultural, é uma questão individual e o que é relevante para um, sobretudo tratando-se de temas sexuais, pode não ser relevante para outro. Prevê o legislador, como regra geral, a indispensabilidade da queixa para que tenha lugar o procedimento criminal por infracções de natureza sexual. A necessidade de resguardo da vida privada e íntima coloca ao ofendido ou ao titular desse direito a decisão de proceder ou não criminalmente contra o agente do delito.

2- SEXUALIDADE INFANTIL versus AGRESSÃO SEXUAL

A ideia major que ainda prevalece nos meios conservadores é que a sexualidade infantil não existe. No entanto os vários estudos permitem afirmar que um grande número de crianças, provavelmente a maioria delas, se envolve em actividades sexuais antes da puberdade (Finkelhor, 1980).

A curiosidade sexual é normal dado que muitas crianças a referem. Todas exploram o seu corpo e, nalguns casos, o corpo das outras crianças, sendo desta forma como se dão conta da diferença entre meninos e meninas e entre homens e mulheres. Mas o que move a criança vai para além da curiosidade. Será como afirma Adams (1979), a liberdade das crianças de conhecer e descobrir os seus próprios prazeres sem serem ensinadas pelos adultos. No extremo desta posição alguns "lobies" pedófilos defendem que as crianças

devem ser activamente educadas na sexualidade e animadas a partir de relações sexuais com adultos que os guiem no mundo da sexualidade (Betovin e Vizard, 1988). Esta lógica também se encontra nos argumentos de alguns pais que justificam as suas agressões às filhas, dizendo que quiseram ensiná-las antes que alguém o fizesse e não tão bem como eles (Adams, 1979).

Na verdade, muitos adultos proclamam a inocência e a pureza das crianças, não obstante a evidência de que a sexualidade nasce com eles e que os jogos sexuais fazem parte de um comportamento normal. Para Finkelhor (1980) jogo sexual é a actividade realizada em comum acordo por crianças jovens da mesma idade e limitada à exposição e contacto nos genitais por um curto período de tempo. Somos, como afirma Lopez e Fuertes (1989), bio-fisiologicamente sexuados e não só o corpo, mas todo o nosso psiquismo, a nossa organização social e a nossa cultura.

Em estudos realizados com adolescentes, sobre o tema, foram referidos que, o tocar os seus genitais, observar e tocar as zonas sexuais de outras crianças, a utilização de palavras de conteúdo sexual, a imitação de comportamentos sexuais com bonecas, a sedução com outras crianças ocorreram em 75% por curiosidade, por imitação em 29%, por jogo em 76% e por prazer em 34%.

Os segmentos sociais mais conservadores alegam que uma maior liberdade sexual é seguida de um agravamento dos casos de abuso sexual.

As crianças quando denunciam os abusos dizem a verdade ou estão a fantasiar? Os autores diferem nas apreciações com valores entre 12% e 89%.

As violações só ocorrem com meninas? Os vários estudos comprovam que as meninas são uma vez e meia mais agredidas que os meninos. A legislação portuguesa prevê e pune de igual forma a violação contra qualquer um dos sexos.

Os menores são os culpados? Aqui a culpa pode ser vista do lado externo isto é de quem está de fora da situação abusiva e que corresponde ao aspecto legal (profissionais, juízes, advogados, vizinhos) e do lado interno ou de quem vive a situação. No primeiro caso embora não se reunam provas de que realmente houve abuso, o menor nunca é culpado (Alves, 1995). Seja qual for a reacção do menor (iniciativa, colaboração, resistência), ele nunca tem culpa. No segundo pode existir a culpa psicológica, pela participação ou porque se é forçado, ou por coacção, ou por subjugação ao mais forte. O agressor envolve a criança numa teia de silêncio que o prende no segredo. O sentimento de culpa é reforçado pela sociedade que não vê a sexualidade infantil como algo positivo.

Vários programas enfatizam a necessidade de ajudar as crianças na sua auto defesa e estratégias de prevenção, dando-lhes conhecimento dos abusos e da capacidade de descriminar as situações ameaçadoras, distinção entre carícias adequadas ou não. Parece, no entanto que, para lá do benefício destes conhecimentos, não é responsabilidade da criança defender-se do abuso e é responsabilidade do adulto ou qualquer agressor inibir os seus impulsos sexuais com as crianças.

Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, as mães, muitas vezes, silenciam o abuso que elas conhecem por diversos motivos, desde a

dependência afectiva e financeira com o agressor ou para evitar a exposição da criança à vergonha (andar nas bocas do mundo).

3- O ABUSO SEXUAL DE MENORES: PASSADO E PRESENTE. QUE FUTURO?

Os estudos confirmam o carácter transversal do abuso sexual, pois decorre em todas as culturas, em todas as sociedades, em todas as classes sociais e níveis socioeconómicos e culturais (Azevedo e Guerra, 1993).

Um problema social é reconhecido por um segmento pequeno duma determinada população e ganha o estatuto de problema público quando uma grande porção da sociedade lhe dá importância (Finkelhor, 1979). No caso dos abusos sexuais a menores, embora houvesse algumas manifestações desde o início do séc.XX, só nos anos 70 se considera um problema público, como anteriormente referido. O primeiro a manifestar a frequência e gravidade dos abusos sexuais a menores foi Freud, mas não conseguiu dar-lhe o estatuto de preocupação pública, tendo reconhecido a alta-frequência de abusos sexuais a menores e a sua relação com a histeria. Muitas das suas pacientes confessaram-lhe que tinham sido abusadas pelos pais ou irmãos. Mais tarde veio a dar outra interpretação aos seus estudos tendo atribuído as fantasias infantis à maioria das experiências referidas, como de uma não resolução do complexo de Édipo se tratasse. Esta postura teve reflexos muito negativos, pois prevaleceu a ideia de que as crianças são responsáveis da situação abusiva

porque foram consideradas sedutoras e a ideia de que as crianças mentem quando falam da sua victimização sexual por um adulto.

Também Kinsey (1953) levou a cabo um importante estudo sobre a sexualidade e encontrou uma elevada percentagem de mulheres que tinham sido vítimas de abuso sexual na infância. No entanto desvalorizou a gravidade dos resultados atribuindo o incesto à imaginação dos terapeutas e referia que não compreendia porque poderia ser tão grave para uma criança ser tocado nos seus órgãos genitais, ver os órgãos genitais de outras pessoas ou envolver-se em certos contactos sexuais.

Em Portugal, o tratamento do tema dos abusos sexuais a menores ganhou o estatuto de interesse público desde o ano de 1996, após a descoberta da rede de pedofilia na Bélgica com menores portugueses (Madeira). Anteriormente só algumas iniciativas isoladas de alguns profissionais se interessaram pelo assunto. No presente veio a público informação sobre uma alegada rede pedófila a actuar na Casa Pia de Lisboa, e que já exercia as suas funções desde a década de 60. Estas notícias chocaram de forma intensa a sociedade portuguesa que assiste horrorizada a todo este escândalo.

Rodrigues (1994) recolheu informações em 15 revistas portuguesas editadas, para concluir que, a ajuizar pelo escasso número de artigos publicados, o abuso sexual a menores não ocupou por largos anos o interesse dos autores portugueses. Destacamos Oliveira e Santos (1993) e Fernandes (1990) que realizaram estudos com amostras clínicas. Estes referem como indicadores que o abuso sexual a menores fazia parte da realidade portuguesa,

mas era necessário estudos retrospectivos para comprovar a sua dimensão e as suas características.

Na opinião da socióloga Nunes de Almeida, A. (1997) não se pode fazer intervenção ou prevenção do abuso sexual a menores sem haver um conhecimento actualizado e sistemático da realidade.

Por isso se identificarmos a frequência de pessoas que foram vítimas de abusos sexuais poderemos conhecer as características destas vítimas e dos seus agressores, as características do abuso e os efeitos a curto e longo prazo que esta experiência produz na vítima. Muitas são as barreiras que se levantam pois a situação abusiva é caracterizada pelo segredo mantido muitas vezes tanto pelo agressor como pela vítima durante toda a vida.

As investigações baseadas em denúncias são consideradas pouco ajustadas à realidade porque, como revelam vários estudos, a maioria das vítimas não revela a sua experiência (Lopez e al 1994). Por outro lado as amostras clínicas também só revelam a realidade das pessoas em tratamento psicológico.

3.1- Incidência dos abusos sexuais de menores

Esta informação é obtida através das queixas apresentadas nas autoridades policiais, no Ministério Publico ou nos organismos de protecção à infância. Sabemos, no entanto que a maioria das pessoas que sofrem abuso sexual na infância não denunciam ou revelam a sua experiência e também que

os profissionais que identificam casos de abuso sexual o não denunciam em cerca de metade dos casos, (Lopez, 1995) o que torna difícil obter dados seguros da sua incidência.

Como diz Lopez (1995) *"há numerosos sistemas de ocultação que começam na própria vitima e se estendem a toda a rede social que deveria fazer tudo para os conhecer e denunciar"* (1995:38).

Os dados dos Tribunais, dos serviços de polícia e dos serviços de suporte social não são coincidentes. O estigma social, a atitude de descrédito ou culpabilização da vítima pela sociedade, a vergonha e o medo perante o abusador são alguns dos motivos que reforçam o segredo próprio da situação abusiva.

Os miúdos não revelam o abuso por medo de ser castigados, maltratados e que ninguém os acredite (Araújo, 1997). No incesto o agressor usa estratégias eficazes que produzem na vítima a ideia de que o seu segredo é o que mantém unida a família.

De qualquer forma e como noutros países, em Portugal, a partir do ano de 1994 nota-se uma mudança tanto nos profissionais como na população em geral. O abuso sexual deixou de ser um assunto doméstico, individual para ser um tema colectivo de interesse social.

Vidal (1998) constata que no Tribunal de Menores aumentou o número de denúncias, sobretudo pelas próprias vítimas embora posteriormente estas venham a negar a situação perante o juiz, retrocedendo na sua vontade de condenar o agressor.

Esta reorganização do silêncio que se verifica na vítima ou na família é favorecida pela organização do sistema judicial que expõe a vitima, que é lenta nas respostas concretas, sem alternativas de sobrevivência quando o pai é o agressor, ou então como ocorre em abusos intra familiares retira a criança do seu lugar o que é considerado por muitos deles como um castigo. Existe também por parte das vítimas o sentimento ambivalente (pena, raiva, amor, nostalgia dos bons momentos, medo etc.). Esta atitude assemelha-se ao denominado "Síndrome de Estocolmo" em que o refém desenvolve uma empatia com o sequestrador pois o que o agride é o mesmo que lhe permite viver (Bastiaans, 1957).

Sem a pretensão de confirmar esta afirmação alguns estudos referem que pessoas que foram vítimas de abuso sexual exprimem mais simpatia pelo agressor que outras que o não foram.

Em muitos casos a vítima arrepende-se de ter denunciado ao enfrentar as consequências pessoais, sociais e familiares e tenta voltar atrás na sua história. Quando é possível retira a queixa. Esta posição vem reforçar a teoria das falsas denúncias fazendo crer que as crianças mentem.

Em Portugal, a realidade conhecida da denúncia concretizada em queixas à polícia ou Tribunais, é apenas um fragmento da realidade. A informação através dos meios de comunicação que teve um incremento com os acontecimentos na Bélgica em 1996 (revista Visão 1996), produziu um efeito positivo nas vítimas e nos profissionais incentivando-os à denúncia.

McDevitt (1996) fez um estudo comparativo durante 25 anos e, a um aumento de notícias nos meios de comunicação, seguiu-se um aumento das

denúncias. A divulgação de casos semelhantes permite favorecer um suporte para a rotura do silêncio pessoal já que o silêncio social se rompe.

A maioria das vítimas tem consigo a ideia de que só consigo se passou ou passa, este tipo de experiência (Prendergast, 1993) O facto de conhecer outras histórias semelhantes retira-lhes parte da estigmatização, deixando de sentir-se únicos ou raros. Os meios de comunicação devem produzir um trabalho ético e responsável, evitando que as crianças possam ser identificadas e excessivamente dramáticos os seus relatos (Isabel Stilwell, 1997).

Não se pode inferir pelo aumento de denúncias que haja agora mais abusos sexuais que antes. Os dados internacionais que podem servir de indicadores (Jean-Guy, 1996 cit. por Azevedo e Guerra, 1989), estimam que em Paris haja cinco mil rapazes e três mil raparigas utilizados na prostituição.

Em Portugal foram conhecidos pelo GEPMJ (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1997) entre os anos de 1993 e 1996, seiscentos e cinquenta casos de abuso sexual.

Um estudo sobre abusos sexuais num contexto mais geral de maus tratos, realizado por Amaro, Gersão e Leandro (1998) nas cidades de Lisboa e Porto que utilizaram como fonte de informação os Serviços de Acção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Centro Regional de Segurança Social do Porto, identificaram 8% de abusos sexuais. Por outro lado Blanco (1990), relata que os casos de abuso sexual eram de 23% no Instituto de São Domingos de Benfica - Lisboa.

Há certamente um longo caminho a percorrer até que as informações prestadas pela vítima, pela família e pelos profissionais às autoridades ou às

instituições de protecção social sejam uma realidade frequente. Talvez uma maior agilidade e adequação das respostas das instituições penais e de protecção social facilitem este processo.

3.2- Prevalência dos abusos sexuais de menores

Os dados recolhidos das queixas dos tribunais não representam a realidade dos abusos sexuais a menores, porque a maioria das pessoas que sofreram abusos sexuais na infância não denunciam o abuso na altura e os profissionais que deles tem conhecimento tão-pouco o fazem.

Dado que se supõe que a melhor informação se poderia obter através das vítimas e dos agressores, iniciaram-se estudos de prevalência de abusos sexuais a menores, utilizando como fonte de informação a população adulta. São estudos que se propõem identificar pessoas que tenham sofrido abusos sexuais de forma retrospectiva.

Nesta perspectiva, alguns autores revelaram que a frequência de abuso sexual se situa entre 7% a 36% em mulheres e entre 3% a 29% em homens. (Finkelhor, 1994).

Esta metodologia, embora amplamente utilizada, não está isenta de críticas, como a representatividade da amostra, a validade e fiabilidade dos questionários e a interpretação das respostas e a comparação entre os estudos. A disparidade de resultados entre os mesmos indivíduos obtidos por questionário auto administrado e seguido de entrevista faz baixar valores de 34,4% obtidos nos questionários para 19,7%. A multidisciplinaridade é positiva

mas pode implicar problemas de comunicação e necessita de prudência ao fazer generalizações acerca deste tema. No entanto, na opinião de Salter (1992), estas disparidades não devem constituir descrédito das frequências encontradas.

Os primeiros estudos dão conta de uma elevada frequência de casos e que variam entre 25% e 39%. De relevante importância histórica o trabalho de Kinsey et al (1953), que menciona 24% de mulheres vitimas. Uma percentagem ainda mais alta, de 54%, foi encontrada por Russell (1993). Um estudo canadiano de MacMillan et al (1997), identificou 12,8% de mulheres e 4,3% de homens, entre 10 mil que acederam participar na investigação. Lopez et al (1994), encontraram no seu estudo, 18,9% de vítimas de abusos sexuais, sendo 23% mulheres e 15% homens.

Em Portugal, o trabalho mais antigo encontrado foi realizado por Amaro (1996 cit. in Amaro, Gersão e Leandro, 1988) e consistiu num inquérito a párocos e presidentes de freguesia sobre os casos de menores maltratados, abandonados ou que praticaram a mendicidade no ano de 1985. Cerca de 38,7% responderam à investigação e fizeram referência a sete casos de abuso sexual. Outro estudo de Almeida (1997) sobre maus-tratos em geral, tendo como fonte de informação, profissionais de saúde, educadores e dos serviços sociais constata que 13,5% dos maus-tratos relatados se deviam a abuso sexual na infância.

Também num estudo mais recente de Marques, Calado, Fernandes, Cordeiro e Prazeres (1998), solicitando aos profissionais dos centros de saúde informações sobre maus-tratos em geral, tiveram como resposta que 65% dos

técnicos teve contacto ao longo da sua carreira, entre um e cinco casos de abusos sexuais, enquanto 80% contactou com um e quatro casos nos últimos três anos.

A nível internacional a investigação com amostras clínicas revelam que cerca de 50% das pessoas em tratamento psicológico ou psiquiátrico afirmam ter sido vítimas de abuso sexual na infância. O estudo de Wurr e Partridge (1996) no Reino Unido investigou a história de abuso sexual em 120 pacientes de um hospital psiquiátrico e revelam que 46% foram vítimas de abuso sexual sendo 39% homens e 52% mulheres.

Em Portugal os estudos de Oliveira e Santos (1993) realizado na consulta de Psiquiatria do Centro Hospitalar de Coimbra entre 1990 e 1993 revelaram que dos 27 casos estudados 33% foram por abuso sexual. Também Fernandes (1990) do Núcleo de Estudos e Apoio à Criança Maltratada em Lisboa identificou nos anos de 1985 a 1987 entre 100 casos de maus-tratos 14% eram de abuso sexual.

A maioria das vítimas não apresenta queixa e tampouco recorre aos serviços de protecção. O conhecido é a ponta do *iceberg* ou como qualificou Santos (1996) "*gato escondido com o rabo de fora*", referindo-se aos numerosos casos de abuso sexual a menores que no nosso país se encontram ocultos.

Neste cenário tanto as vítimas como as famílias e os profissionais desenvolvem justificações embora diferentes para a não denúncia. Por um lado, as crianças em idade pré-escolar têm limitações de comunicação, o medo de que o agressor cumpra as ameaças que produziu durante o abuso e a convicção de alguns de que alguém está ao corrente do abuso.

Para a família a ocultação do abuso é o temor de que esta revelação venha a afectar o adulto que esta criança vai ser com acusações verbais, que devido à falta de evidência médica constituem uma forma de confirmação do abuso. Quando o agressor é intrafamiliar são as consequências afectivas e financeiras no caso de encarceramento do agressor familiar para além da vergonha social como destaca Furniss (1993).

Do aspecto externo do abuso sexual, este autor distingue cinco factores principais como síndrome do segredo:

1. A prova forense e a evidência médica que na maioria das vezes não é encontrada porque há um grande número de práticas sexuais utilizadas que não deixam sinais físicos;
2. As acusações verbais que devido à falta de evidência médica constituem uma forma de confirmação do abuso. A falsa ideia de que o progenitor não abusador apoia sempre a criança conduz a uma intervenção profissional não adequada que só pode servir para a reorganização do segredo;
3. A rejeição em acreditar na revelação da criança que começa no lar e se estende aos profissionais e ao sistema legal;
4. A mentira sob ameaça, que é mais frequente para negar o abuso que para acusar falsamente um adulto. O agressor utiliza vários tipos de ameaça, mas por vezes recorre ao suborno ou a tratamentos especiais para conseguir o silêncio;
5. A ansiedade quanto às consequências da revelação, produzidas pelas ameaças do agressor à vida e integridade da criança e familiares. Por

isso a maioria das crianças não revela o abuso intrafamiliar para não perder os pais e irmãos.

Os profissionais têm a ideia de que o agressor deve receber um castigo muito severo, mas são extremamente renitentes na denúncia dos casos que conhecem. Reclamam que não lhes compete fazer a denúncia que não é coisa sua e que significa meter-se na vida privada de outras pessoas.

São em geral os pediatras que primeiro contactam com estas crianças. Logo, a estes médicos compete fazer a denúncia de tal situação, mesmo que se trate de uma suspeita a qualquer entidade que possa assegurar a estas crianças algum tipo de protecção: Tribunal de Menores, Ministério Público, Serviço de Apoio à Família e à Criança. A finalidade da denúncia é a prevenção da recidiva e promover ajuda social à família.

Alguns profissionais consideram que a denúncia produziria custos demasiado negativos na ajuda profissional, para o menor, para o agressor e para a família (Noguerol, 1997). Se por um lado, entre as vítimas de abuso sexual existe uma predisposição para reconhecer uma situação como abuso sexual, por outro, a negação do abuso pode ser a forma de proteger-se da sua própria história.

A nível médico-legal, para que os exames tenham relevância é necessário que sejam feitos o mais precocemente possível, para ser possível recolher e conservar vestígios.

Em Portugal os dados reveladores dos casos denunciados são escassos e indicadores não reais dos factos, mas têm vindo a aumentar nos últimos tempos. Neste âmbito, Pinto da Costa, J. (1990) diz-nos que em 589 exames de

sexologia forense efectuados entre 1980 e Maio de 1990, no Instituto de Medicina Legal do Porto, 56,1% foram a menores de dezoito anos.

Já Fernandes (1990) indica que a denuncia ao tribunal foi de 60% dos casos embora só uns 5% dos casos fosse a intenção da família.

Vidal (1997) enfatizava que, embora em Portugal não tenha sido obrigação dos profissionais denunciar os casos de abusos sexuais, é "antes de mais e principalmente o exercício de um direito/dever de cidadania", alertando para o facto de todos os profissionais que conheçam histórias de abuso sexual terem o dever cívico de as denunciar ao Ministério Público. O Código penal no seu artigo 178 nº 2 prevê que "quando o crime for praticado contra menor de 16 anos, pode o Ministério Público dar início ao processo"

4-O CONTEXTO DA INTERACÇÃO ABUSIVA

Enquanto que nos casos dos efeitos iniciais podemos considerar as consequências como resultado de uma causa identificada, a longo prazo só poderemos falar de correlações, sem a segurança de que o problema tenha sido causado pela mesma situação.

4.1- Natureza do abuso sexual

Enquanto alguns estudos utilizam conceitos amplos com situações de não contacto, outros só consideram abusivas as experiências que incluam o contacto físico entre o agressor e a vítima.

A natureza do abuso encontrada nos estudos vai desde as propostas de actividade sexual até ao sexo oral, coito anal e vaginal, passando pelo exibicionismo, as carícias sexuais, a tentativa de sexo oral, anal e vaginal. Todos os autores destacam as carícias sexuais como as condutas mais frequentes (51,6%), a masturbação (9,79%), o coito anal (1,78%) e o coito vaginal (2,9%). O estudo efectuado por Oliveira e Santos (1993) identifica em 30% as carícias sexuais, em 22% o coito vaginal, em 14% o coito anal, em 17% o sexo oral, em 8% o exibicionismo e em 3% as crianças que foram obrigadas a visualizar pornografia.

4.2- Relação de confiança entre agressor/ vítima

Quanto à familiaridade do agressor com a vítima, os estudos epidemiológicos sobre o abuso sexual desmontaram um mito bastante difundido de que os agressores eram na sua maioria pessoas desconhecidas das crianças.

O agressor tanto pode ser conhecido como desconhecido da criança, podendo a mesma vítima ser agredida por ambos, podem ser pessoas aparentemente normais, não necessariamente doentes psiquiátricos, que empregam, para a realização do abuso, estratégias, desde a sedução, a manipulação ou surpresa até ao exercício da coerção com ou sem força física.

Gold e al (1996) constataram que o primeiro abusador incestuoso era, em 73% dos casos, o pai natural. Resultado semelhante foi apresentado por

Marques e al (1998) que identificaram em 66% os agressores como familiares e destes 47,6% era o pai natural e 25,4% era o padrasto. De modo mais equilibrado Fernandes (1990) refere um terço de agressores familiares, um terço de conhecidos da criança mas não familiares e o outro terço não conhecidos. Cohen (1993) referindo-se à sua experiência profissional encontrou no ano de 1990 no Instituto de Medicina Legal de S. Paulo, Brasil, que 49,6% de vítimas conheciam o agressor; 22,5% foram vítimas de um parente e que em 18,7% as vítimas viviam na mesma casa do agressor. Pinto da Costa, J. (1990) no Instituto de Medicina Legal do Porto, refere 84,8% de vítimas de pessoas conhecidas das quais 14% eram os pais o autor da agressão, 25,3% eram parentes (sem contar o pai) e, nos restantes 45,6%, uma pessoa conhecida não parente, com 6% que desconheciam o agressor.

4.3- Espaço ambiental envolvente

Também os locais onde ocorrem as agressões são muito variados e sofrem a influência das várias culturas. Em casos de abusos perpetrados por pais ou padrastos, o lugar mais habitual pode ser a casa do agressor ou da criança mais precisamente o quarto da vítima. Corroborando esta opinião, Pinto da Costa (1990) refere que 42,8% das agressões ocorrem na residência comum do agressor e da vítima. Proporção semelhante foi encontrada por Oliveira e Santos (1993) que identificam 52% das agressões em casa da vítima, 17% em casa do abusador e 24% em sítio público. Já no caso de agressões praticadas

por pessoas desconhecidas os lugares mais comuns podem ser espaços abertos como jardins, lugares de estacionamento, entradas de casas e automóveis.

Alguns estudos identificam os lares adoptivos como um ambiente onde se encontra um elevado número de victimização sexual de crianças. Macaskill (1991, citado em Kendrik, 1994) constatou que 10% das crianças cuidadas em famílias de acolhimento foram sexualmente agredidas e que em cinco casos o agressor foi o pai adoptivo. Neste contexto alguns autores consideram que as residências para crianças são instituições que proporcionam elevada oportunidade para deles abusar (Waller e Lindsay, 1990 cit. por Kendrik, 1994).

4.4- Sexo do agressor/vítima

Quanto ao sexo, a maioria dos *agressores* é do sexo masculino, sendo explicado pela socialização, que no homem valoriza as suas actividades sexuais separadas dum contexto de relação. No seu estudo, Almeida (1997) constatou que todas as 120 vítimas de abusos sexuais o foram por varões. No entanto, as mulheres agridem também sexualmente as crianças. É importante considerar que a sociedade sustenta o estereótipo de que as mulheres, principalmente as mães, são em essência carinhosas e protectoras, o que não se coaduna com um perfil de agressor sexual. Está comprovado cientificamente que, embora em menor percentagem, as mulheres agridem sexualmente as crianças e fazem-no deliberadamente (Elliot, 1993; Sgroi e Sargent, 1993). Uma percentagem

elevada de mulheres agressoras tem sido detectada em abusos sexuais em creches e orfanatos. Também se verifica uma maior dificuldade nas vítimas de etiquetar de sexualmente abusivas as suas experiências com mulheres.

O abuso sexual de *menores* ocorre, de um modo geral, com maior frequência entre as mulheres. No entanto, alguns estudos alertam que os homens tendem mais a ocultar as experiências de abuso sexual na infância, pois a sua socialização não o permite com o medo de ser conotado como homossexual.

4.5- Faixa etária agressora/vítima

Alguns estudos procuram encontrar os grupos etários dos *agressores*, onde são mais comuns os abusos sexuais a menores, apontando para alguma diversidade. Lopez e al (1994) encontraram uma idade mediana (entre 31 e 50 anos) muito semelhante ao estudo de Moura em 1998 que refere entre 26 e 45 anos. Estes estudos deitam por terra a ideia de que o agressor seria um velho. Estudos mais recentes suportam dados em que cerca de 20% dos abusos sexuais sejam cometidos por outro menor.

As *crianças* de todas as idades estão em risco de ser vítimas de abuso sexual. No entanto, a grande maioria dos autores apontam para cerca de 80% das vítimas serem de idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, com um pico máximo entre os 10 e os 14 anos. Este facto parece ocorrer devido à

condição de que os pré-adolescentes, apesar de continuarem a ser crianças já apresentam sinais de maturidade sexual, o que motivará mais os agressores.

4.6- Estratégias utilizadas para a agressão sexual

As estratégias usadas para a agressão sexual a menores estão longe de comportarem sempre a violência física, contrariando alguns sectores da justiça, quando definem que são as marcas físicas deixadas pelo abuso que definem a veracidade de uma denúncia.

A forma de abordar o menor pode ser a pressão, o engano, a ameaça de revelação da situação demonstrando a culpa da criança, a surpresa, o uso de armas ou ainda o poder de sedução que o agressor utiliza depois de conhecer as necessidades ou os desejos da criança. Betovin e al (1998, citado em Lopez, 1995) concluem que o agressor faz uso de uma sequência de condutas progressivas na situação abusiva sendo um primeiro passo a exibição dos genitais do agressor e do menor e informações sobre sexualidade. De seguida o adulto pede à criança que o masturbe para logo de seguida propor a masturbação mútua seguida de sexo oral e do coito vaginal e ou coito anal. Também Sgroi (1992, citado em Singer e al 1992) identifica em vários casos de abuso sexual um padrão comum na dinâmica do encontro sexual entre adultos e menores que divide em cinco fases: a fase de atracção; a fase de interacção sexual; a fase do segredo; a fase da revelação e por último a fase da supressão do abuso. Existe pois uma dessensibilização da criança ao contacto físico

sexual através de um contacto físico não sexual progressivo que impede a criança de dar-se conta do abuso desde início e que ao aperceber-se se sinta culpado já que não interrompeu a relação quando começaram os primeiros contactos. O agressor reconhece que esta é uma estratégia que funciona não só para que a criança "permita" o abuso como para que se cale quando se apercebe da situação. Dois grupos de agressores se perfilam pela utilização da persuasão do engano ou da pressão psicológica por um lado ou da violência física por outro. São os pedófilos que tem a sua orientação sexual exclusiva ou preferencialmente dirigida para as crianças e que obtêm do contacto com elas elevado prazer sexual no primeiro caso e os que por meio da violência física ou coerciva encontram prazer na actividade sexual acompanhada do sofrimento da criança. Encontram-se assim tipos de agressores pela estratégia da agressão o perfil da criança que elegem para agredir, os recursos que empregam para manter o segredo e os rituais que utilizam para o abuso repetido. Mas porquê algumas pessoas se envolvem sexualmente com crianças? Alguns autores como Finkelhor (1986) propõem que o adulto tenha motivações e não possua controle interno para as evitar e que o contacto com crianças resolva as suas necessidades emocionais ou uma baixa auto-estima e dificuldades nas relações sociais. Os agressores podem ter sido eles mesmos agredido sexualmente em crianças.

A estratégia de coerção utilizada pelo agressor para levar a cabo o abuso, a insegurança emocional ou privação, a falta de informação da criança sobre abusos sexuais (por ser demasiado jovem para o saber) e a relação especial que estabelece com o agressor, são as condicionantes de ordem

individual que ampliam as possibilidades de que o abuso sexual aconteça. Na teoria psicodinâmica parte-se do princípio de que o adulto não tem segurança para se relacionar com outros adultos como o descreveu Freud, persistindo conflitos não resolvidos com os seus progenitores e os faz dirigir a sua preferência para as crianças. Outros, ainda que com desenvolvimento adulto normal, embora com interesse sexual por outros adultos, em situações de stress evidenciam falta de adaptação e cometem agressões sexuais com crianças. Fraser (1976) e Howells (1981) referem que o adulto continua enamorado da criança que foi e, na impossibilidade de manter este namoro projecta-o noutras crianças transformando-as no seu objecto de amor. A aprendizagem social normal em que o ser humano aprende por observação de um modelo encontra-se distorcida nalguns agressores e interpretam qualquer manifestação de afecto por parte de uma criança, como uma manifestação sexual. De qualquer modo, nem todos os agressores foram vitimas nem todas as vitimas se tornam agressores.

4.7- Efeitos do abuso sexual nas vítimas

Os efeitos do abuso sexual nas vítimas, a curto e longo prazo, tem sido tema de múltiplos estudos. Enquanto os primeiros podem ser identificados como resultado directo do abuso, já nos efeitos a longo prazo a relação de causa efeito é mais incerta. Assim, a maioria dos estudos dá conta que pelo menos entre 60% a 80% das vítimas dos abusos sexuais em criança, apresentam

algum tipo de sintoma relacionado com a experiência dentro de um prazo de dois anos (Lopez, 1995). Por outro lado, outros estudos concluem que a curto prazo, cerca de 30% de vítimas integra a experiência na sua vida e não vive efeitos negativos (Finkelhor, 1980). Nesta verificação, Sandfort (1987) tenta desdramatizar a gravidade do impacto do abuso, argumentando que muitas pessoas viveram a experiência de abuso sexual sem efeitos negativos e outras inclusive experimentaram efeitos benéficos.

Por outro lado alguns autores são de opinião de que há um grupo de vítimas que não tendo vivido efeitos negativos a curto prazo passam a apresentá-los mais tarde quando a experiência é revelada. Pode ser neste caso a reacção do meio o factor responsável do impacto negativo (Cortés Arboleda, (1997). É a revelação do facto o responsável do dano psicológico mais do que o acto em si. Contra esta argumentação está Azevedo e al. (1993) que nos seus trabalhos na cidade de S. Paulo-Brasil com crianças e adolescentes, conclui que todos apresentam consequências negativas. As próprias vítimas assim o valorizam, produzindo uma ruptura na vida da criança, na medida em que interfere com o seu desenvolvimento social, escolar e familiar.

A maneira de reagir ao abuso sexual é diferente entre as pessoas. O que explica esta diferença de reacções é a presença de "variáveis moderadoras" como lhes chamou Ray e Jackson (1997). O impacto do abuso sexual é agravado quando o abuso é repetido, a sua duração é longa no tempo, o agressor é conhecido, o abuso inclui a penetração, é conseguido com violência física e a idade é mais próxima da adolescência ou quando a criança colaborou de alguma forma no abuso.

Interessa saber sob que formas a criança vai revelar a experiência do abuso, se de uma forma intencional, que significa que a própria vítima rompe o silêncio e conta a situação, normalmente observada em situações de abusos menos duráveis, se a revelação é acidental, isto é, resulta da identificação do abuso por outros, por sinais físicos ou comportamentais, ou ainda a revelação a partir de um evento causador como um curso de educação sexual, um programa de televisão etc. Verificou-se no estudo de Nagel et al (1997) que as crianças que não tinham responsabilidade na revelação do seu abuso, apresentavam reacções mais favoráveis ou menos graves. As crianças que revelavam por iniciativa própria o abuso experimentavam mais ansiedade e falta de capacidade para superar a situação.

A reacção da família que acredita na criança, que valoriza o seu sofrimento e a reconhece como vítima e não como causador do abuso e toma a iniciativa da denuncia permite reduzir o impacto negativo diluindo a percepção de estigma, de vergonha e de culpa. Uma reacção tranquila, mas objectiva, que inclua a valorização da experiência e a denuncia por parte dos pais ou dos profissionais à polícia são os procedimentos que ao reconhecer e apoiar as vítimas lhes possibilita restabelecer a confiança nos adultos (Barudy, 1998).

Um caso de abuso sexual requer a intervenção de múltiplos técnicos que vão desde o professor, terminando no juiz, passando por técnicos de polícia, de acção social, médicos, advogados, cada um utilizando a sua metodologia obrigando a criança a repetir vezes sem conta a sua história o que é por alguns autores considerado como uma revitimização.

O tipo de relação sexual mantida entre vítima e agressor é valorizado por alguns autores, considerando que quanto mais intrusivo é o acto sexual mais grave é o impacto na vítima.

Também quanto mais íntima e próxima for a relação da vítima com o seu agressor, maior impacto negativo gera a situação de abuso sexual. Para fundamentar esta importância, Barudy (1998) propõe a comparação com outro tipo de violência que chama violência organizada. Adams (1991) que tratou o tema de incesto pais-filhos, afirma no seu livro que o incesto encoberto produz uma espécie de falsa satisfação.

Se o agressor, para conseguir abusar da criança utiliza a força física, é considerado como uma agravante dos efeitos provocando a associação de medo e sexo, enquanto outros defendem, como Finkelhor e Browne (1996), que o grau de sexuação traumática é mais elevado se o agressor seduz a criança a participar, em vez de utilizar a força. Se a vítima aceita, supõe-se que se sinta mais cúmplice do abuso e por isso mais vulnerável ao sentimento de vergonha.

A natureza crónica dos abusos pela sua duração e repetição, será mais negativa para a vítima que um caso isolado. A repetição do abuso sexual reforça todas as confusões de sentimentos e a culpabilização da vítima porque sente que teve oportunidade para pôr fim ao abuso e não o fez (Coffey e al. 1996).

Sobre a influência que a idade da vítima tem no impacto do abuso sexual encontramos duas correntes diferentes. Uns consideram que quanto menos idade tiver a vítima, mais graves serão os seus efeitos (Furniss, 1993); outros consideram o período pré púbere mais crítico porque nesta idade as crianças já percebem que as normas sociais estão a ser violadas (Feiring e Lewis, 1996).

A grande diferença de idade entre a vítima e o agressor tem sido referida como factor agravante dos efeitos do abuso sexual.

Finkelhor e Browne (1996), referem o segredo como um factor que aumenta o sentimento de estigma porque reforça a ideia de ser diferente. A revelação é um factor que reduz este efeito porque, ao permitir que a criança identifique outras histórias semelhantes à sua, afasta o auto-conceito de vítima. Barudy (1998) distingue três fases no abuso sexual: a fase da sedução, a fase da interacção sexual e a fase do segredo. Esta fase do segredo inicia-se quase no mesmo momento do abuso e é manipulada pelo agressor através de ameaças, chantagem, manipulação psicológica e culpabilização da criança. O segredo é pois uma síndrome que abarca vários aspectos da interacção da criança com o abusador, consigo e com o meio ambiente.

Kellogg e Hoffman (1997) estudaram os efeitos do abuso sexual perpetrado por múltiplos agressores concluindo que, as vítimas de mais de um agressor se culpam a si próprias muito mais que as vítimas de um só agressor e demoram mais a revelar a situação porque lhes dá mais vergonha.

Cerca de 60 a 80% das vítimas de abuso sexual apresentam algum tipo de "sintomas iniciais" resultantes do facto de ter sido agredidas.

Azevedo e al. (1993) identificaram como consequências a curto prazo as dificuldades de adaptação interpessoal sobretudo com pessoas do sexo masculino, dificuldades no plano sexual, sentimento de culpa, ideias e tentativas de suicídio, medo, auto-condenação, vergonha e problemas escolares.

Também é referido o sentimento de ambivalência para consigo como se a vítima se questionasse se o abuso foi ou não desejado e o sentimento de

ambivalência para com o agressor se familiar amando-o porque é pai, irmão, avô e odiando-o porque é o agressor.

Em crianças mais pequenas vítimas de abuso sexual tendem a reflectir-se distúrbios de comportamento, agressividade para com os companheiros e agressividade sexual enquanto nas crianças maiores tendem a reflectir-se em delinquência, roubos, agressividade para os companheiros, agressividade sexual, e consumo de álcool e drogas.

O sentimento de culpa é bastante referido pela vítima de abuso sexual que ao interiorizar a mesma tenta adquirir a noção de que pode controlar a situação e evitar a revitimização que pode ser reforçada quer pelo agressor quer pela própria sociedade. Esta ainda vê a sexualidade infantil como algo negativo.

As consequências psicológicas do traumatismo sexual resultante do inicio precoce da sexualidade na vida da criança, são a confusão entre amor e sexo com manifestações sexuais e preocupação exagerada com temas da sexualidade o que pode ser importante para a identificação de crianças em risco por parte dos profissionais médicos e pediatras ao constatarem doença venérea, encopresis e incontinência, feridas anais recentes ou antigas, se identifique a si próprio como homossexual, se sinta confuso sobre a sua identidade sexual.

A revelação do abuso sexual é um factor de stress quer para os pais quer para a criança produzindo efeitos distintos em cada um dos familiares. A sintomatologia é mais evidente nas mães já que a sua função social de protecção e apoio, é vivida como a constatação da sua incompetência em proteger o filho.

Os efeitos a longo prazo estão relacionados com a ansiedade, depressão, baixa auto estima, desordens alimentares, desordens sexuais, fracasso escolar, fuga do lar, gravidez não desejada e o abuso inter e transgeracional.

A forma de reagir aos efeitos do abuso sexual tende a ser, por parte dos homens, mais externo, apresentando comportamento social desadequado, agressivo e descontrolado, enquanto as mulheres, interiorizam mais, o que pode resultar num maior grau de auto destruição, ansiedade ou depressão.

4.8- Conduta desenvolvimental do agressor

Para explicar as condutas dos agressores sexuais de menores, as teorias psicodinâmicas partem da premissa de que o adulto não tem segurança para se relacionar com outras pessoas adultas e que a pedofilia se deve a conflitos edípicos não resolvidos (Finkelhor, 1996).

O complexo de Édipo de Freud caracteriza-se por querer possuir o progenitor do sexo oposto e, como consequência matar o progenitor do mesmo sexo, ocorrendo tudo isto no plano da fantasia.

Para prosseguir de forma saudável o seu desenvolvimento psicossexual, a criança deve resolver os conflitos gerados por tais fantasias, para não cristalizar em problemas psicológicos na vida adulta, inclusive perversões. A persistência destes conflitos não resolvidos com os progenitores dificulta ao "agressor" relacionar-se com adultos e fá-lo dirigir-se de preferência para as crianças. Neste sentido aquelas pessoas que preferem exclusivamente crianças

como companheiros sexuais são chamados de pedófilos ou fixados, porque não chegaram a amadurecer para se relacionarem com uma pessoa adulta. Os tipos regressivos são pessoas que tendo alcançado um desenvolvimento adulto normal com interesse sexual por outros adultos em situações de stress não conseguem a adaptação e cometem agressões sexuais a crianças.

Por outro lado a teoria do Eu, pressupõe que os pedófilos não desenvolveram uma saudável noção de Self (de si próprio) e se identificam com as crianças como na inversão narcisista que significa que o adulto continua enamorado da criança que foi e na impossibilidade de prosseguir este enamoramento, projecta-o a outras crianças, transformando-as no seu objecto de amor.

Dentro desta teoria psicodinâmica inclui-se a abordagem da reconstrução do evento traumático em que o adulto, vítima de abuso sexual na infância, agride outras crianças como forma de enfrentar os danos resultantes da sua experiência. Esta reconstrução pode ser o resultado da identificação com o seu próprio agressor ou a aquisição de uma vingança simbólica pelo que lhe sucedeu a ele.

Na teoria de aprendizagem social considera-se que o mais importante factor de regulação do comportamento humano é um processo cognitivo interno, de modo que o ser humano aprende por observação de um modelo.

A teoria psicofisiológica diz-nos da presença de alterações hormonais ou cromossomáticas e justifica a tese de que os machos, em quase todas as espécies, apresentam mais comportamentos desviantes que as fêmeas.

PARTE II

Investigação Empírica

1-CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

Com o propósito de fazer o *diagnóstico da situação do abuso sexual a menores no Distrito de Bragança*, procedemos a um estudo descritivo de carácter epidemiológico. Consideramos que a epidemiologia é um campo fundamental para o diagnóstico e a evolução do abuso sexual a menores, porque apresenta com o decorrer dos anos, a caracterização dos aspectos epidemiológicos existentes no país, a prevalência e a incidência nos vários grupos etários, sociais e comportamentais, tornando-se uma "ferramenta" decisiva sem a qual é extremamente difícil planear e estruturar futuras intervenções. Pretendemos também verificar se existe alguma relação entre as variáveis seleccionadas para a presente investigação.

O distrito de Bragança tem doze concelhos, (Alfandega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Moncorvo, Mogadouro, Miranda do Douro, Vinhais, Vimioso e Vila Flor), logo doze Tribunais, agrupados em dois círculos judiciais - Bragança e Mirandela – e uma população de cerca de 160.000 habitantes.

Na execução deste estudo toda a informação foi recolhida a partir da leitura dos processos judiciais.

2-METODOLOGIA

Na opinião de Cottraux (1985) metodologia é o conjunto de regras lógicas necessárias a uma selecção e interpretação objectiva de dados pertinentes, em relação às questões que nos propusemos responder. Um estudo de investigação na opinião de Cervo e Bervian (1983) requer um conjunto de actuações e técnicas para a colheita, descrição e análise de dados. Exige, portanto uma metodologia própria que, comporta um conjunto de etapas a percorrer e de meios que levam à obtenção dos resultados.

Assim sendo, a pesquisa científica exige a selecção da população, bem como a colheita e análise estatística dos dados e interpretação dos resultados. A revisão bibliográfica efectuada, através da leitura que seleccionamos, permitiu-nos desenvolver o trabalho na perspectiva que nos pareceu mais pertinente e adequada ao nosso estudo, no sentido de encontrar algumas respostas para as nossas questões.

2.1- Selecção da amostra

A metodologia seguida na execução deste trabalho enquadra-se no tipo de estudo epidemiológico retrospectivo e descritivo. Em qualquer projecto de pesquisa torna-se necessário delimitar uma população que nos permita, de forma articulada e controlada, analisar a problemática em estudo.

Independentemente do modelo conceptual de investigação em curso, a selecção das variáveis em qualquer tipo de estudo nunca é uma operação ingénua, mas antes uma iniciativa que se apoia em resultados de investigações anteriores e que permitem a formulação de um modelo de abordagem do problema. Como o critério utilizado foi centrado nos "achados" dos processos judiciais, construímos um questionário/registo como instrumento de trabalho, com a finalidade de extrair o maior número possível de dados.

No sentido de termos acesso aos dados foi pedido autorização para o efeito ao Senhor Procurador-Geral da República, que foi devidamente autorizada.

Consultámos um total de 73 processos judiciais sobre abusos sexuais a menores, que ocorreram entre os anos de 1991 e 2000, distribuídos da seguinte forma: Carrazeda de Ansiães 13; Macedo de Cavaleiros 12; Vinhais 11; Bragança 10; Torre de Moncorvo 8; Mirandela 7; Miranda do Douro 5; Alfandega da Fé 4; Mogadouro 2 e Freixo de Espada à Cinta 1.

A recolha de dados apresentou dificuldades devido a muitas lacunas nos registos que se podem dever à preocupação da confidencialidade subjacente ao tema.

2.2- Variáveis em estudo

A pesquisa visa descobrir e expressar as relações existentes entre os fenómenos e por consequência as variáveis. Richardson (1989) considera que

as variáveis são características mensuráveis de um fenómeno, que podem apresentar diferentes valores ou ser agrupadas em categorias.

Atendendo aos objectivos deste estudo e à possibilidade de dados fornecidos pelos processos judiciais, seleccionamos as seguintes variáveis:

-Tribunal de origem

-Sexo do agredido

-Idade do agredido

-Origem da queixa

-Origem da participação

-Relação com o possível agressor

-Final do processo

-Sentença

-Número de irmãos do agredido

3- TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Após a recolha dos dados, estes foram lançados e processados no programa de estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 10.0, para o Windows.

Tendo em vista os objectivos definidos para a presente investigação e as variáveis discretas (nominais) e contínuas (ordinais) em estudo, a estratégia de análise de dados consistiu no seguinte:

Numa primeira fase utilizou-se estatística descritiva, tendo sido determinada a frequência relativa e absoluta das variáveis, com o objectivo de caracterizar a população.

Numa segunda etapa procedeu-se à *análise de dados categóricos* utilizando métodos de *optimal scalling,* com o objectivo de detectar relações entre as variáveis em estudo. Esta análise é adequada quando:

- Existem poucos casos analisados (amostras de pequenas dimensões)
- Existem muitas variáveis
- Muitas categorias em cada variável

Em vez de interpretar estimadores de parâmetros, a análise dos resultados obtidos é baseada em gráficos que evidenciam relações entre variáveis. No caso do presente trabalho verificam-se precisamente as características referidas no parágrafo anterior. Assim, a tentativa para detectar relações entre as variáveis utilizando tabelas de contingência não conduz a resultados conclusivos.

Deste modo, optou-se por utilizar *técnicas de análise exploratória de dados* para tentar detectar as relações entre variáveis. Tendo em conta as escalas de medida das variáveis, as técnicas mais adequadas são a análise categórica de componentes principais (CATPCA) e a análise de correspondências.

- A ***análise de correspondências*** é utilizada para analisar tabelas de contingência a duas variáveis e o seu objectivo consiste em criar um gráfico bidimensional que evidencia as relações existentes entre as variáveis. Assume-se que todas as variáveis são medidas numa escala nominal. Assim a técnica considera apenas o facto de alguns objectos pertencerem à mesma categoria de uma variável, enquanto outros não pertencem a essa categoria. Nada se assume acerca da distância ou da ordem entre as categorias da mesma variável. A técnica pretende assim descrever relação entre duas variáveis nominais e simultaneamente descrever também as relações existentes entre as categorias de cada variável. Para cada variável a distância entre os pontos das categorias representadas num gráfico reflectem as relações entre as categorias, sendo categorias idênticas representadas o mais próximo possível. Quanto maior a distância entre os pontos das categorias, mais estas difere.

A interpretação da análise de correspondências em termos destas distâncias entre categorias depende do tipo de normalização utilizado. Assim, podem-se

detectar diferenças/semelhanças entre categorias de uma variável ou diferenças/semelhanças entre categorias de duas variáveis. A decisão do tipo de relação a obter condiciona o tipo de normalização. Assim podem-se usar:

- Normalização simétrica – utilizar quando se pretende examinar as diferenças/semelhanças entre as categorias de duas variáveis
- Normalização principal – utilizar quando se pretende examinar as diferenças/semelhanças entre as categorias de uma variável
- Normalização principal em linha – utilizar quando se pretende examinar as diferenças/semelhanças entre as categorias da variável que é colocada na linha da tabela de contingência
- Normalização principal em coluna – utilizar quando se pretende examinar as diferenças/semelhanças entre as categorias da variável que é colocada na coluna da tabela de contingência

A análise de tabelas de contingência é muitas vezes efectuada após o teste de independência do qui-quadrado e através de medidas de associação. No entanto, quando existem muitas categorias estas técnicas não permitem detectar as relações, que com análise de correspondências podem ser representadas graficamente.

- A ***análise categórica de componentes principais*** é utilizada para obter padrões de variação num conjunto de variáveis que são obtidas em escalas de medida diferentes. A técnica reduz a dimensionalidade de um conjunto de variáveis tentando explicar o máximo da variação observada no conjunto dos dados, deduzindo-se várias dimensões não correlacionadas entre si. Aos objectos (casos) em análise atribuem-se *scores* (pontuações) em cada dimensão baseados nas quantificações atribuídas às diferentes categorias. Gráficos destes *scores* revelam padrões de variação entre os objectos e podem revelar a presença de *outliers* (objectos pouco usuais) na base de dados. O objectivo principal é o de reduzir um grupo de variáveis num conjunto menor de componentes não relacionadas umas com as outras e que representem o máximo de informação possível contida nas variáveis originais. A técnica é útil

quando a existência de um número inicial elevado de variáveis torna impossível a interpretação das relações existentes entre os objectos. Reduzindo a dimensionalidade dos dados, interpreta-se um grupo reduzido de componentes.

Resumindo, um grupo de variáveis é analisado de modo a originar várias componentes que explicam o máximo da variação observada nos dados. A base de dados original pode ser substituída por uma nova base de dados mais pequena, que contem os *scores* destas componentes e com uma perda mínima de informação. O método revela as relações entre variáveis, entre casos e entre variáveis e casos.

4- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a descrição dos pressupostos estatísticos, passaremos à apresentação dos seus resultados e à sua análise descritiva, de modo a fornecer uma ligação lógica e pertinente relativamente aos objectivos da presente investigação.

4.1 – Caracterização geral da amostra

A caracterização da amostra em estudo, foi efectuada através de análises descritivas das variáveis representadas na ficha de colheita de dados, tendo-se utilizado as seguintes técnicas:

- para todas as variáveis qualitativas obtiveram-se tabelas de frequência e/ou gráficos de colunas e circulares;
- para as variáveis quantitativas calcularam-se algumas estatísticas descritivas, tais como média, desvio padrão e tabelas de frequência relativa e absoluta.

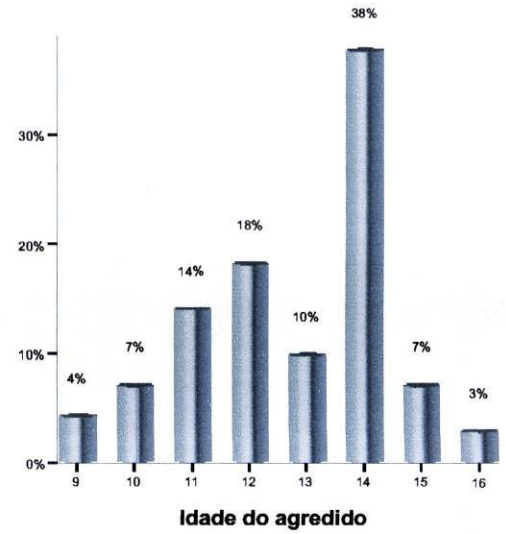
4.1.1– Características demográficas dos agredidos

As vítimas de abuso sexual que constituem a nossa amostra, apresentam uma idade que varia entre os 9 e os 16 anos, com uma concentração elevada (37,5%) nos jovens com 14 anos, seguidos de 18,1% com 12 anos (Tabela 1). No geral, verifica-se que a maioria dos agredidos se situam na classe etária dos 11 aos 14 anos, como podemos melhor visualizar no Gráfico 1.

Tabela 1– Distribuição de frequências segundo o grupo etário dos agredidos

Idade do agredido	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
9	3	4,2	4,2
10	5	6,9	11,1
11	10	13,9	25,0
12	13	18,1	43,1
13	7	9,7	52,8
14	27	37,5	90,3
15	5	6,9	97,2
16	2	2,8	100,0
Total	72	100,0	
Não respostas	1		
Total	73		

Gráfico1- Distribuição de frequências relativas da idade dos agredidos

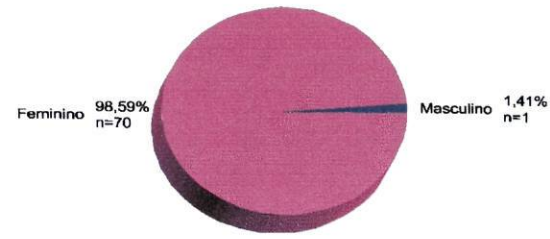


A quase totalidade das crianças vítimas de abuso sexual são do sexo feminino (98,6%), observando-se apenas um caso em que a vítima é varão (Tabela 2 e Gráfico 2).

Tabela 2- Distribuição de frequências do género sexual do agredido

	Nº casos	%	% acumulada
Feminino	72	98,6	98,6
Masculino	1	1,4	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 2-Distribuição de frequências relativas do género sexual do agredido

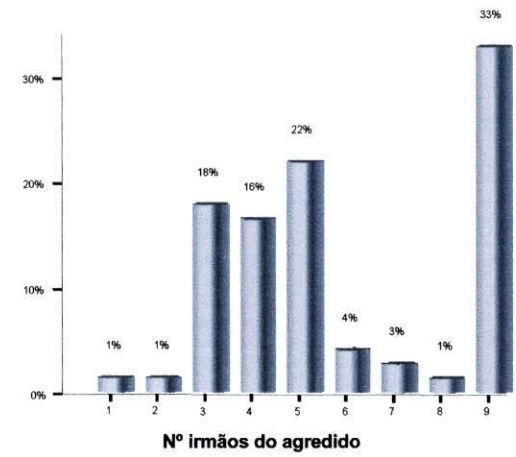


Como podemos observar na Tabela 3, o maior número de casos de agressão sexual verifica-se nas crianças/jovens que têm muitos irmãos, numa percentagem de 24 casos (32,9%) com 9 irmãos, com uma concentração de 56,1% de agredidos com 3 a 5 irmãos, como podemos analisar pela observação do Gráfico 3.

Tabela 3- Distribuição de frequências do número de irmãos do agredido

Nº irmãos do agredido	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
1	1	1,4	1,4
2	1	1,4	2,7
3	13	17,8	20,5
4	12	16,4	37,0
5	16	21,9	58,9
6	3	4,1	63,0
7	2	2,7	65,8
8	1	1,4	67,1
9	24	32,9	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 3- Distribuição de frequências relativas do número de irmãos do agredido

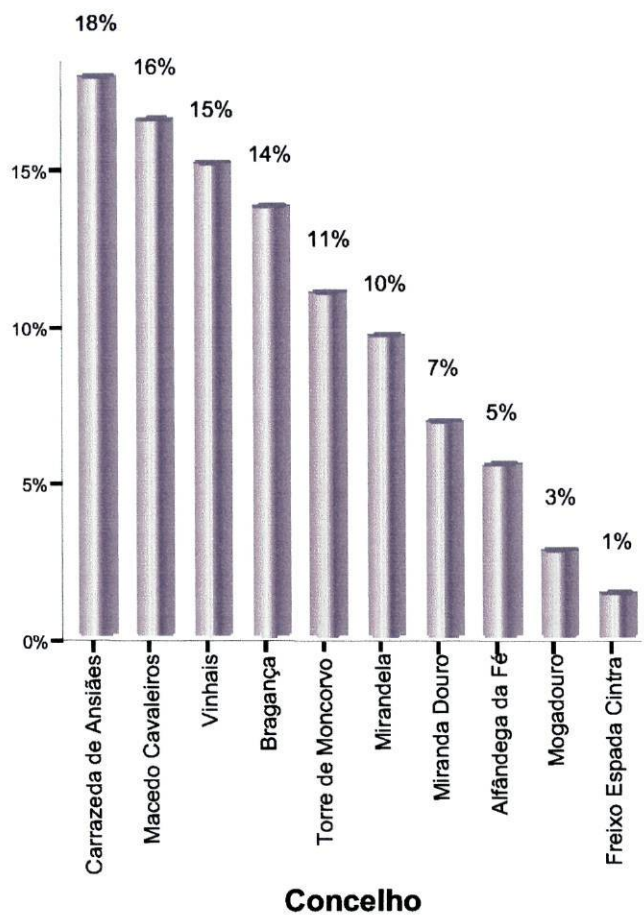


O Concelho em que se verificaram maior número de agressões sexuais a menores foi Carrazeda de Ansiães (17,8%), seguido de Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Bragança, respectivamente com 16,4%, 15,1% e 13,7%, como se pode observar na Tabela 4 e Gráfico 4.

Tabela 4 – Distribuição de frequências do concelho do agredido

Concelho	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Carrazeda de Ansiães	13	17,8	17,8
Macedo Cavaleiros	12	16,4	34,2
Vinhais	11	15,1	49,3
Bragança	10	13,7	63,0
Torre de Moncorvo	8	11,0	74,0
Mirandela	7	9,6	83,6
Miranda Douro	5	6,8	90,4
Alfândega da Fé	4	5,5	95,9
Mogadouro	2	2,7	98,6
Freixo Espada Cintra	1	1,4	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 4- Distribuição de frequências relativas do concelho do agredido



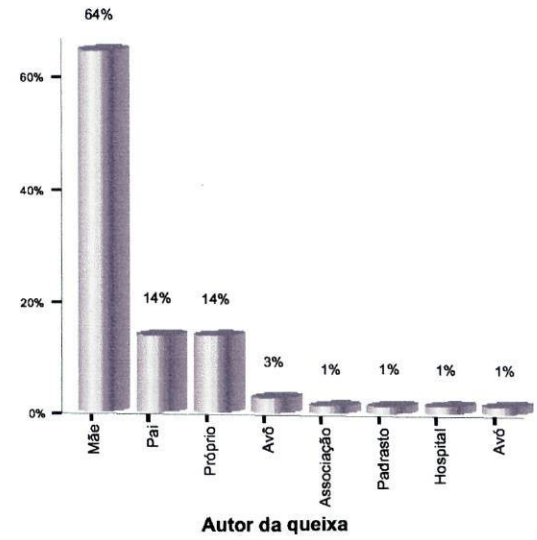
4.1.2– Caracterização da queixa e respectivo processo

A queixa foi, em 13,7% dos casos, efectuada pela própria vítima de agressão sexual e, com a mesma percentagem, encontra-se a queixa participada pelo pai, mas, mais frequentemente foi a mãe, com 64,4%. Apenas 2,8 % foi efectuada por associações e hospitais, como vemos na Tabela 5 e Gráfico 5.

Tabela 5- Distribuição de frequências do autor da queixa

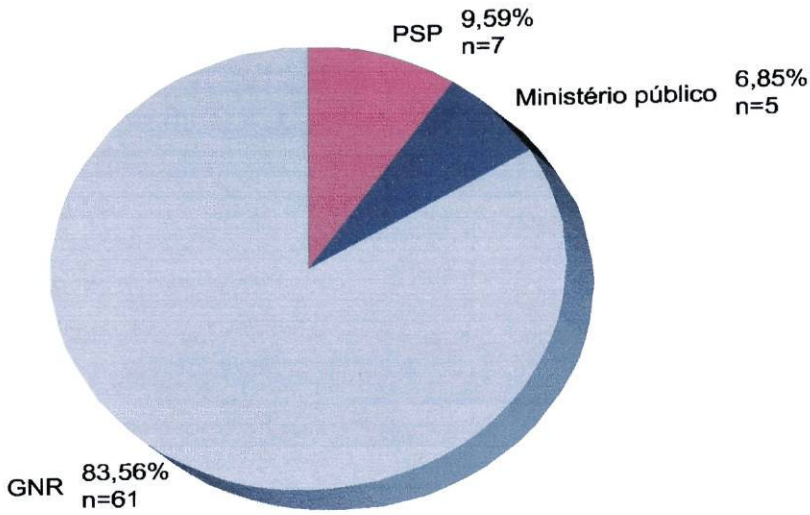
Autor da queixa	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Mãe	47	64,4	64,4
Pai	10	13,7	78,1
Próprio	10	13,7	91,8
Avô	2	2,7	94,5
Padrasto	1	1,4	95,9
Avó	1	1,4	97,3
Associação	1	1,4	98,6
Hospital	1	1,4	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 5- Distribuição de frequências relativas do autor da queixa



A ocorrência do abuso sexual, foi na sua grande maioria, participada aos agentes da Guarda Nacional Republicana (GNR- 83,56%), seguidamente à Polícia de Segurança Pública (PSP- 9,59%) e ao Ministério Público (6,85%), como nos mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6- Distribuição de frequências relativas da origem da queixa

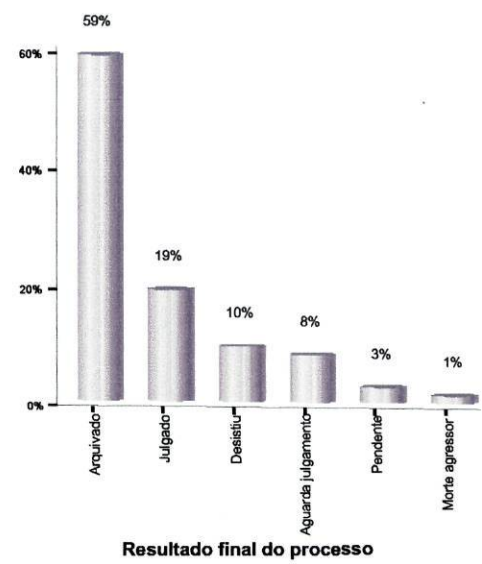


As participações de abuso sexual, na sua significativa maioria (58,9%) foram arquivadas, e em 19,2% dos casos houve desistência da queixa. Apenas foram julgados 19,2% e 8,2% ainda aguardam julgamento, conforme podemos observar na Tabela 6 e Gráfico 7.

Tabela 6– Distribuição de frequências do resultado final do processo

Resultado final do processo	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Arquivado	43	58,9	58,9
Julgado	14	19,2	78,1
Desistiu	7	9,6	87,7
Aguarda julgamei	6	8,2	95,9
Pendente	2	2,7	98,6
Morte agressor	1	1,4	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 7- Distribuição de frequências relativas do resultado final do processo

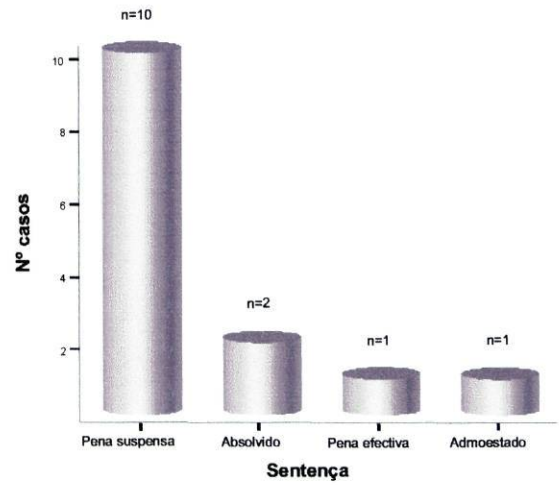


Dos agressores julgados (19,2%), apenas 1,4% cumprem uma pena efectiva, encontrando-se a sua maioria com pena suspensa (13,7%), tendo sido absolvidos 2,7% e admoestados 1,4%, como nos mostram a Tabela 7 e Gráfico 8.

Tabela 7- Distribuição de frequências do resultado da sentença

Sentença	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Pena suspens	10	13,7	71,4
Absolvido	2	2,7	85,7
Pena efectiva	1	1,4	92,9
Admoestado	1	1,4	100,0
Total	14	19,2	
Não respostas	59	80,8	
Total	73	100,0	

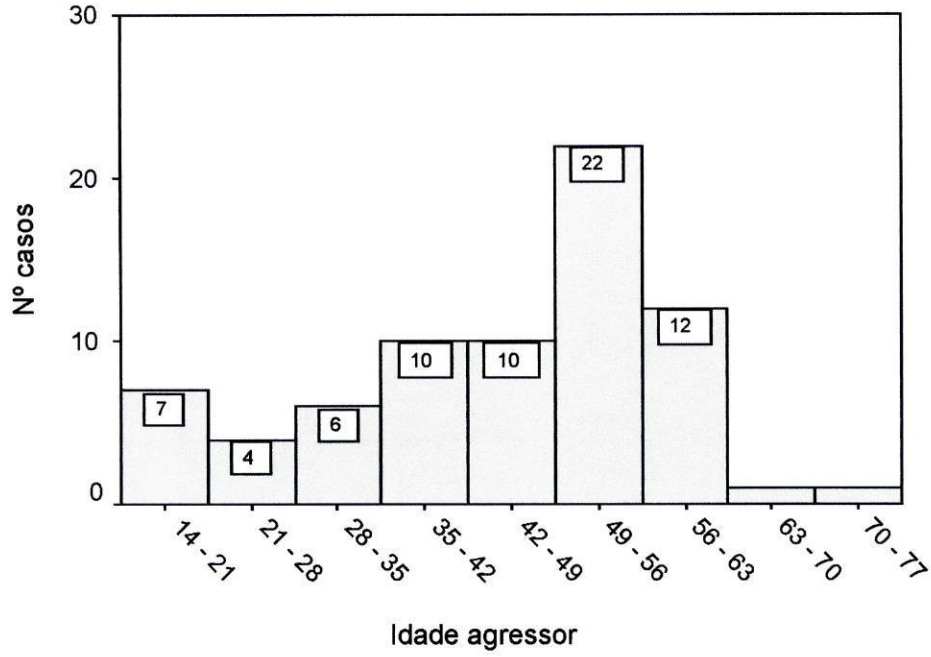
Gráfico 8- Distribuição de frequências relativas do resultado da sentença



4.1.3 – Caracterização do agressor

A *idade do agressor* varia entre 15 e 76 anos e apresenta uma média de 44,4 anos, com um desvio padrão de 13,7 anos. Estes valores indicam uma elevada dispersão da idade do agressor. Esta afirmação é suportada pela análise do histograma de frequências absolutas para esta variável (Gráfico 9). Assim, observa-se que 54 agressores apresentavam idades entre os 35 e os 63 anos, o que corresponde a 74,0% dos sujeitos analisados. A maior concentração verifica-se na classe etária dos 49 aos 58 anos, com 22 agressores. Apesar desta concentração, existiam também agressores com uma idade bastante menor e bastante maior. Assim, 3 dos agressores eram menores e com a idade de 15 anos, enquanto um deles apresentava 76 anos e outro 67 anos.

Gráfico 9- Distribuição de frequências relativas da classe etária do agressor

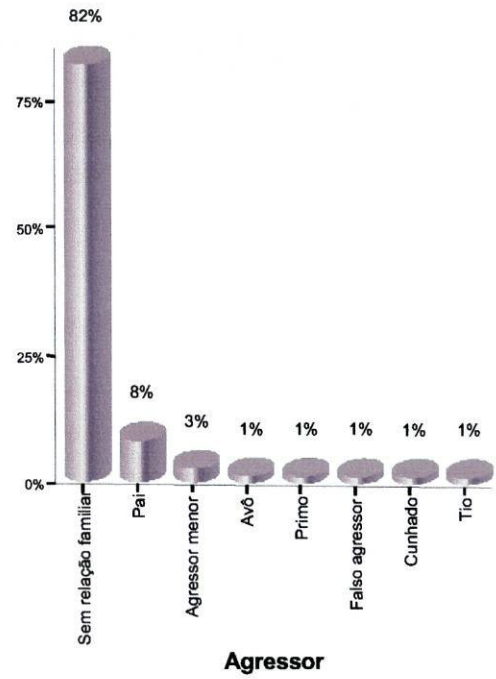


Quanto ao *grau de familiaridade* existente entre os agressores e os agredidos, verifica-se que na amostra estudada, como podemos analisar na tabela 8 e gráfico 10, a maioria (82,2 %) não apresenta qualquer relação familiar, logo seguida do abuso efectuado pelo pai com 8,2 % e outros agressores com relação familiar diversa numa percentagem de 7%. Existem 2 agressores menores em que não se verifica qual o grau de parentesco.

Tabela 8- Distribuição de frequências da relação familiar entre o agressor e o agredido

Agressor	Nº casos	Frequência relativa (%)	Frequência acumulada (%)
Sem relação familiar	60	82,2	82,2
Pai	6	8,2	90,4
Agressor menor	2	2,7	93,2
Tio	1	1,4	94,5
Cunhado	1	1,4	95,9
Avô	1	1,4	97,3
Primo	1	1,4	98,6
Falso agressor	1	1,4	100,0
Total	73	100,0	

Gráfico 10- Distribuição de frequências relativas da relação familiar entre o agressor e o agredido



4.2- RELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS EM ESTUDO

Como anteriormente referido, para tentar detectar as relações entre variáveis utilizaram-se técnicas de análise exploratória de dados como a *análise categórica de componentes principais (CATPCA)* e a *análise de correspondências.*

4.2.1- Análise categórica de componentes principais

Na CATPCA foram consideradas duas componentes: a primeira engloba as *variáveis nominais*: Concelho, Autor da queixa, Origem da queixa, Resultado final do processo, Agressor e a segunda engloba as *variáveis numéricas*: n.º de irmãos do agredido, Idade do agressor e Idade do agredido. Deduziram-se

assim duas componentes principais que explicam no conjunto 65% da variação observada no conjunto de dados, o que pode ser considerado um valor aceitável, podendo utilizar-se estas componentes para resumir o conjunto de dados.

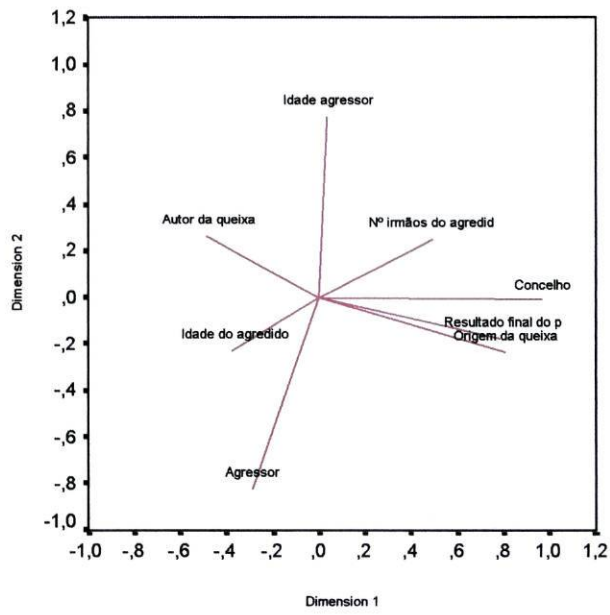
Apresenta-se na Tabela 9 os valores das correlações obtidas para cada variável em cada dimensão e, no Gráfico 11, a representação gráfica destas correlações.

Da análise deste gráfico, verifica-se que os vectores correspondentes a cada variável são relativamente longos e com orientações diferentes, pelo que as duas componentes resumem razoavelmente o conjunto de todos os dados e também evidenciam relações entre as variáveis.

Tabela 9- Correlações entre cada variável nas 2 dimensões

Concelho	Dimension 1	Dimension 2
Nº irmãos do	,488	,244
Autor da	-,483	,260
Origem da	,806	-,234
Resultado final do	,785	-,177
Agressor	-,286	-,821
Idade do	-,378	-,228
Idade	,033	,773

Gráfico 11- Correlações entre cada variável nas 2 dimensões



A análise da Tabela 9 permite verificar que para a primeira componente as correlações observadas para as variáveis concelho, origem da queixa e resultado final do processo são, respectivamente, 0.967, 0.806 e 0.785. Estes

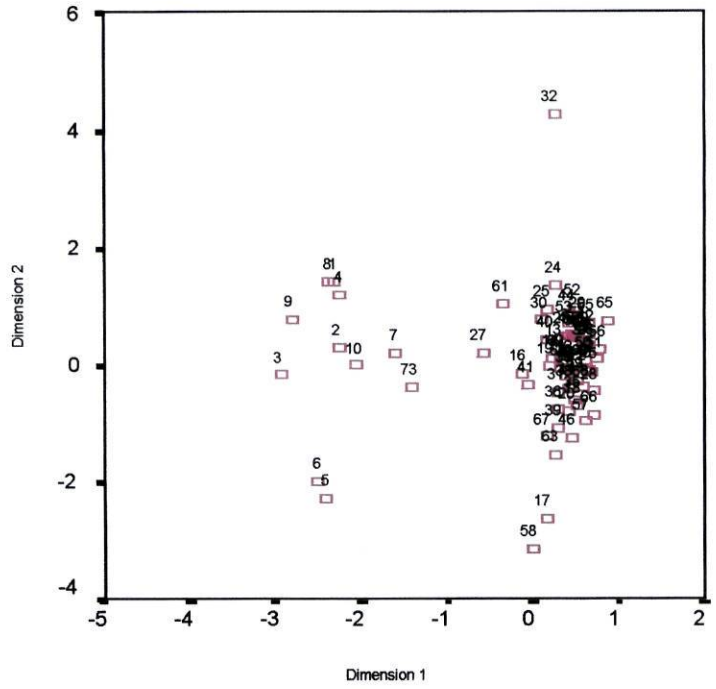
valores indicam uma correlação muito forte entre estas variáveis e a primeira componente e consequentemente entre elas. Assim, estas três variáveis estão fortemente correlacionadas, existindo uma relação entre as mesmas. Idêntica conclusão se retira da análise do Gráfico correspondente, uma vez que os vectores destas 3 variáveis são praticamente idênticos e com uma direcção quase horizontal e portanto coincidente como eixo que representa os valores da dimensão 1. Ainda correlacionados moderadamente com a 1ª dimensão estão as variáveis Nº irmãos do agredido, autor da queixa e idade do agredido. Deste modo, as correlações com a dimensão 1 permitem concluir que existe uma relação entre as seis variáveis indicadas, sendo esta relação muito forte para o caso das variáveis concelho, origem da queixa e resultado final do processo.

A componente 2 apresenta correlações muito fortes com o agressor (valor de – 0,821) e com a idade do agressor (valor de 0,773), o que indica que estas duas variáveis também estão fortemente correlacionadas entre si. Por outro lado, estas duas variáveis apresentam correlações baixas com a dimensão 1, o que significa que não estarão relacionadas com esta dimensão e consequentemente com as variáveis relacionadas com a mesma. Para as restantes variáveis os valores dos coeficientes de correlação com a dimensão 2 são muito baixos indicando correlações baixas entre estas variáveis na 2ª componente.

Relativamente ao Gráfico 13, as variáveis que mais estarão relacionadas com cada componente serão aquelas que apresentam vectores mais longos que se aproximam do eixo horizontal ou vertical. Para o eixo horizontal (que representa a dimensão 1) as variáveis mais importantes e que mais estarão correlacionadas, como já se referiu, são: concelho, resultado final do processo e origem da queixa. Na componente 2 as variáveis mais importantes são: idade do agressor e agressor. Por outro lado, não existirão relações significativas entre as variáveis da 1ª componente e as da segunda. As restantes variáveis apresentam vectores mais curtos e com maior inclinação, o que indica que são menos importantes em cada dimensão e por isso as relações entre estas variáveis e as componentes serão menos importantes.

Como já se referiu, a cada caso da base de dados é atribuído um *score* (pontuação) em cada componente. Na Figura 1 apresenta-se o gráfico de dispersão das pontuações dos 73 casos analisados em cada componente. Este gráfico é útil pois permite identificar *outliers*, ou seja, valores pouco usuais na base de dados e que apresentam valores pouco comuns em uma ou mais variáveis. Os pontos correspondentes a cada caso são identificados pela ordem em que aparecem na base de dados. Assim, por exemplo, o caso marcado com 32 é o trigésimo segundo caso na base de dados.

Figura 1- Gráfico de dispersão das pontuações obtidas para todas as variáveis nas duas componentes



Valores que estejam fora do intervalo –2 a 2 são considerados como *outliers*. Considerando este critério os outliers são: 17, 58, 5, 6, 3, 9 e o 32.

O caso 5 é outlier em relação às duas dimensões e portanto apresentará valores pouco vulgares em uma ou mais variáveis. Neste caso deverá ser falso agressor.

Os casos 17, 58 e 32 são essencialmente outliers em relação à dimensão 2 e portanto apresentarão valores pouco vulgares para as variáveis Idade do

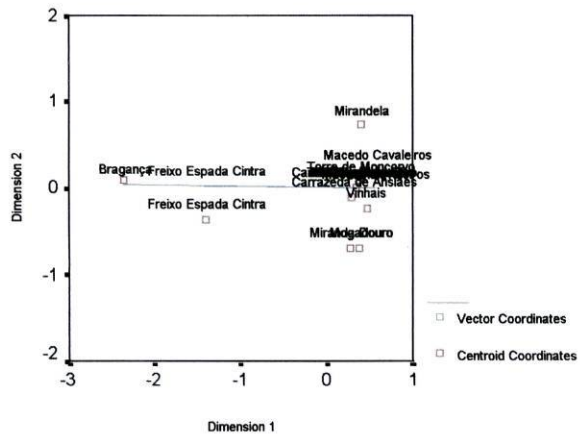
agressor e agressor. O 32 o agressor é o Avô, o 17 temos um agressor menor e o 58 o suspeito foi julgado mas absolvido e o agressor é tio da vítima.

Os casos 3, 6 e 9 são essencialmente outliers em relação à dimensão 1 e portanto apresentarão valores pouco vulgares para as variáveis correlacionadas com esta dimensão.

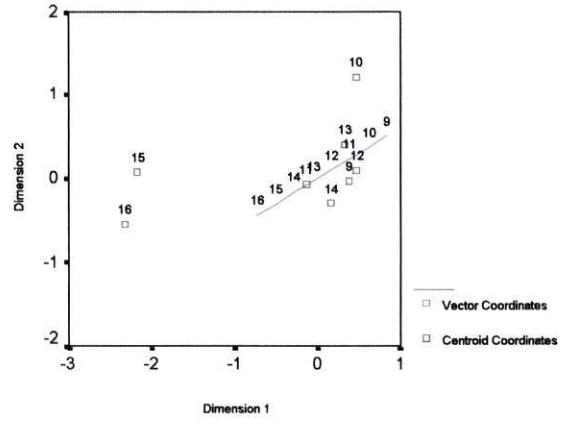
A análise categórica de componentes principais permite também a representação gráfica dos centróides de cada categoria de cada variável. Estes são calculados como a média dos scores em cada dimensão para cada categoria. Na Figura2 apresentam-se os gráficos dos centróides das categorias das variáveis analisadas neste estudo. Estes gráficos permitem verificar quais as categorias em cada variável que terão propriedades idênticas e quais as categorias que mais diferem entre si em cada variável. Assim, quanto mais parecido for o comportamento dos sujeitos pertencentes a cada categoria mais próximas as categorias são representadas nos gráficos.

Figura 2- Representação gráfica dos centróides : média dos scores em cada dimensão para cada categoria das variáveis

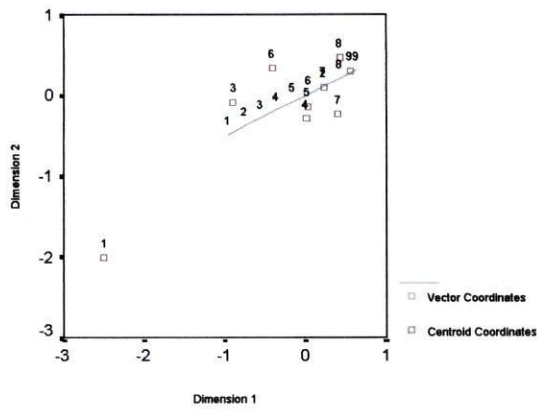
(a) Concelho



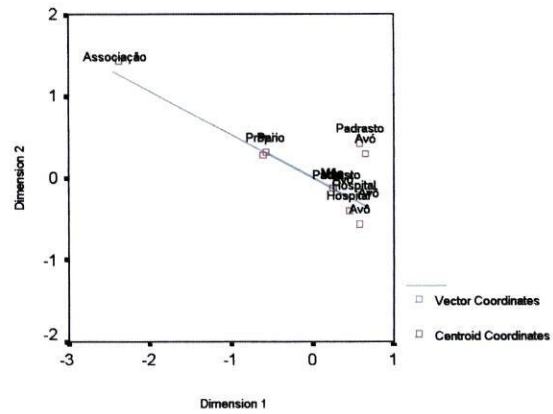
(b) Idade agredido



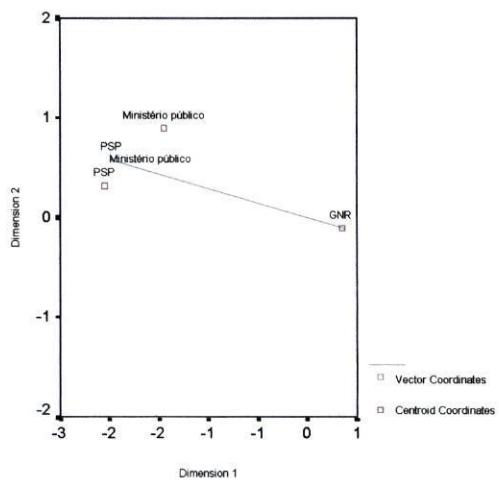
(c) Nº irmãos do agredido



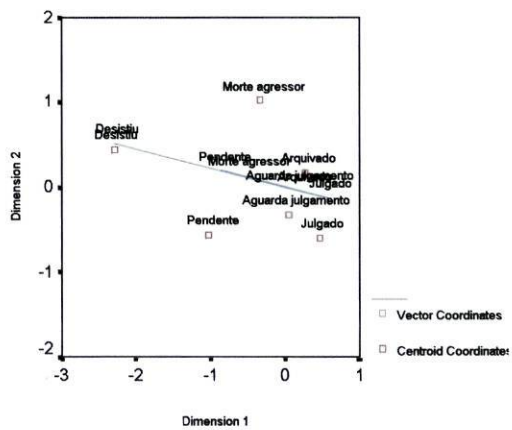
(d) Autor da queixa



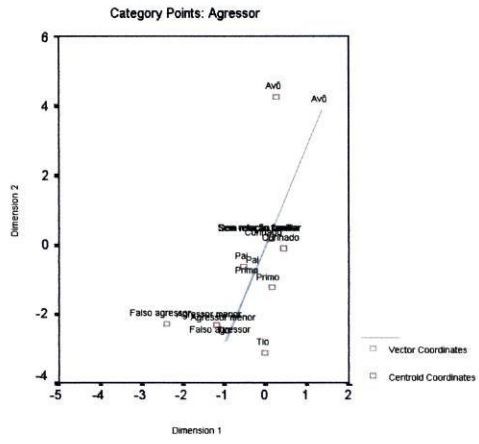
(e) Origem da queixa



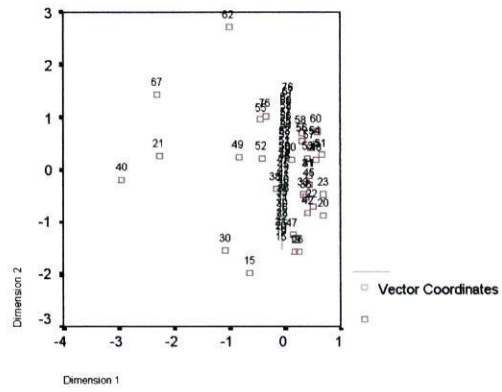
(f) Resultado final do processo



(g) Agressor



(h) Idade do agressor



Da análise dos gráficos verifica-se que os Concelhos de Bragança e Freixo de Espada à Cintra são diferentes dos restantes e mais próximos entre si. Pelo contrário, não é possível detectar diferenças significativas entre os outros concelhos o que significa que o comportamento dos sujeitos destes concelhos será semelhante (a).

Quanto à idade e ao nº de irmãos dos agredidos verifica-se que aqueles com 15 e 16 anos são parecidos entre si e diferentes dos restantes (b) e quanto mais irmãos têm maior a ocorrência de abuso sexual e vice-versa (c).

Relativamente ao autor da queixa (d), parecem existir três grupos de queixas. Aquelas que são provenientes de uma Associação, do próprio ou dos restantes grupos. Em relação à origem da queixa (e), o comportamento dos sujeitos que apresentaram queixa na GNR é diferente daqueles que a apresentaram no Ministério Público e na PSP, e quanto aos que desistiram das queixas, o comportamento é diferente relativamente aos que foram julgados ou que aguardam julgamento (f); os restantes resultados finais do processo apresentam-se de forma idêntica. O mesmo se verifica quanto à relação do agressor (g) com o agredido, situando-se o avô de forma oposta ao tio, ao falso agressor e ao agressor menor, e os restantes sujeitos apresentam comportamentos semelhantes. Apesar de se verificar uma concentração de

agressores com várias idades, o comportamento dos sujeitos é diferente, independentemente da sua idade (h).

4.2.2– Análise de Correspondências

Como se verificou no ponto anterior, a CATPCA permitiu detectar a existência de relações entre algumas variáveis e verificar também que para algumas categorias das variáveis os sujeitos apresentam características idênticas, enquanto para outras existem diferenças entre elas. Assim, para verificar qual o tipo de relação entre as variáveis e as suas categorias utilizou-se a análise de correspondências. Optou-se por utilizar esta técnica porque várias variáveis são nominais e também porque o número de casos é baixo e o número de categorias de algumas variáveis é elevado. Os resultados são apresentados considerando as relações entre variáveis que foram consideradas importantes pela CATPCA. Utilizou-se a normalização principal uma vez que se pretende estudar as relações entre as categorias das variáveis a analisar.

4.2.2.1 – Relação Concelho e Origem da Queixa

Na Tabela 10 apresenta-se um resumo das características que medem a qualidade de ajustamento da análise de correspondências entre as variáveis Concelho e Origem da queixa. Deduzem-se duas dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados destas duas variáveis. A 1ª dimensão explica 93% da variação observada enquanto a 2ª dimensão representa os restantes 6,4%. O valor que se observa para o qui-quadrado é de 52,537 a que corresponde um valor de prova de 0,000, o que indica que existe

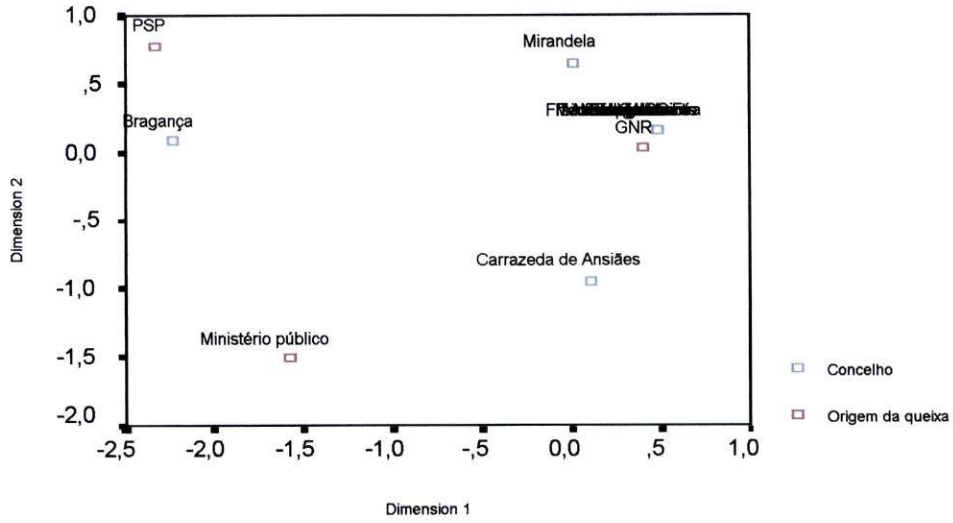
uma relação entre as duas variáveis que é estatisticamente significante pois o valor de prova é inferior a 5% (0,05).

Tabela 10- Relação entre as variáveis Concelho e origem da queixa

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,821	,673			,936	,936
2	,215	,046			,064	1,000
Total		,720	52,537	,000	1,000	1,000

A análise do Gráfico 12 permite verificar qual a relação entre as variáveis. Quanto mais próximas estiverem duas categorias mais associadas elas estarão. Deste modo, observa-se que os centróides das categorias PSP e Bragança estão muito próximos, o que indica que existe uma tendência para as queixas de agressão provenientes do concelho de Bragança terem como origem a PSP. Por outro lado, as queixas do concelho de Carrazeda de Ansiães também apresentam um comportamento diferente dos restantes concelhos, verificando-se que para este concelho existe uma tendência para as queixas terem como origem não só a GNR, mas também o Ministério Público. Para os restantes concelhos as queixas são essencialmente provenientes da GNR.

Gráfico 12- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e origem da queixa



4.2.2.2 - Relação Concelho e resultado final do processo

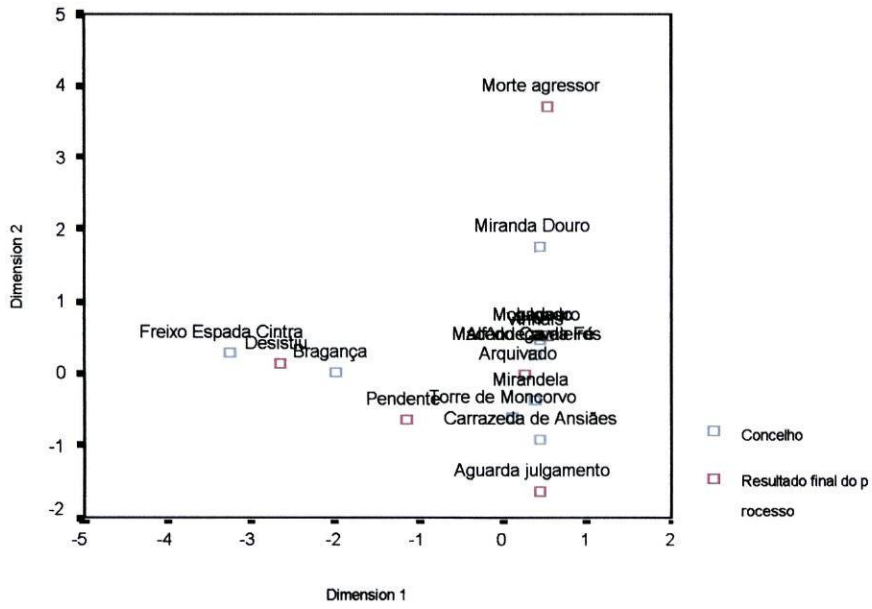
Deduzem-se cinco dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados das variáveis Concelho e Resultado final do processo (Tabela 11). Analisando apenas as duas primeiras dimensões verifica-se que ambas explicam 76,5% da variação observada. A primeira dimensão explica 57,33% da variação observada enquanto a segunda dimensão representa 19,2%. O valor que se observa para o qui-quadrado é de 85,451 a que corresponde um valor de prova de 0,000, o que indica que existe uma relação entre as duas variáveis que é estatisticamente significante pois o valor de prova é inferior a 5% (0,05).

Tabela 11- Relação entre as variáveis Concelho e resultado final do processo

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia: Accounted for	Proportion of Inertia: Cumulative
1	,819	,671			,573	,573
2	,474	,225			,192	,765
3	,406	,165			,141	,906
4	,299	,089			,076	,982
5	,145	,021			,018	1,000
Total		1,171	85,451	,000	1,000	1,000

Como podemos analisar no Gráfico 13, para os Concelhos de Freixo e Bragança existe uma predominância de desistências e de casos pendentes (em menor grau), particularmente para Bragança. Em Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Mirandela predominam casos arquivados, pendentes e que aguardam julgamento. Para os restantes concelhos predominam os casos julgados.

Gráfico 13- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e resultado final do processo



4.2.2.3 – Relação Origem da Queixa e Resultado final do processo

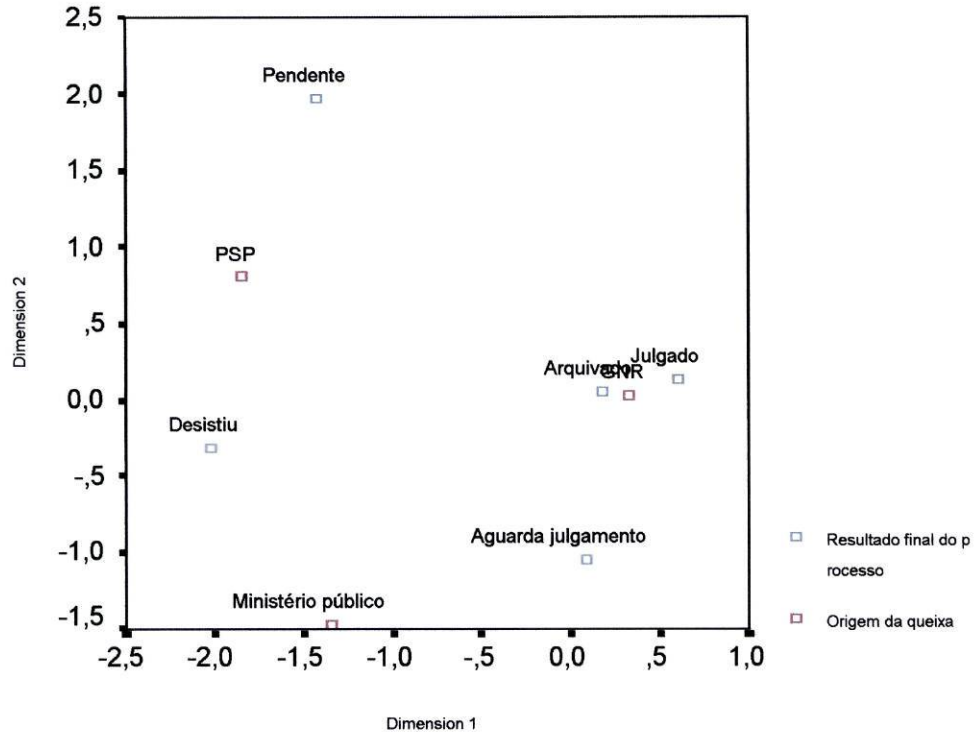
Na Tabela 12 apresentam-se as características que medem a correspondência entre as variáveis Origem da queixa e resultado final do processo. Deduzem-se duas dimensões que explicam 100% das variações observadas no conjunto de dados destas duas variáveis. A primeira dimensão explica essa variação em 86,5%, enquanto a Segunda representa os restantes 13,5%. Existe uma relação estatisticamente significativa entre elas (Qui-quadrado: 24.346 / valor prova: 0,07 -p< 0,5).

Tabela 12- Relação entre as variáveis Origem da Queixa e Resultado final do processo

					Proportion of Inertia	
Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Accounted for	Cumulative
1	,537	,289			,865	,865
2	,212	,045			,135	1,000
Total		,334	24,346	,007	1,000	1,000

Pela análise dos centróides do Gráfico 14, podemos verificar que as queixas da PSP são as que mais levam a desistências e a casos pendentes.
As queixas do Ministério público resultam em desistências e a casos que ainda aguardam julgamento. Os restantes resultados finais do processo estão associados a processos que tiveram como origem a GNR.

Gráfico 14- Representação da Dispersão entre as variáveis Origem da Queixa e Resultado final do processo



4.2.2.4 – Relação Origem da Queixa e Autor da queixa

Relativamente às variáveis Origem e Autor da queixa, deduzem-se duas dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados destas duas variáveis (Tabela 13). Atendendo apenas às duas primeiras dimensões verifica-se que ambas explicam 76,5% da variação observada. A primeira dimensão explica 58,8% da variação observada enquanto a segunda dimensão representa 41,2%. O valor que se observa para o qui-quadrado é de 27,338 a que corresponde um valor de prova de 0,017, o que indica que existe uma relação entre as duas variáveis que é estatisticamente significante pois o valor de prova é inferior a 5% (0,05).

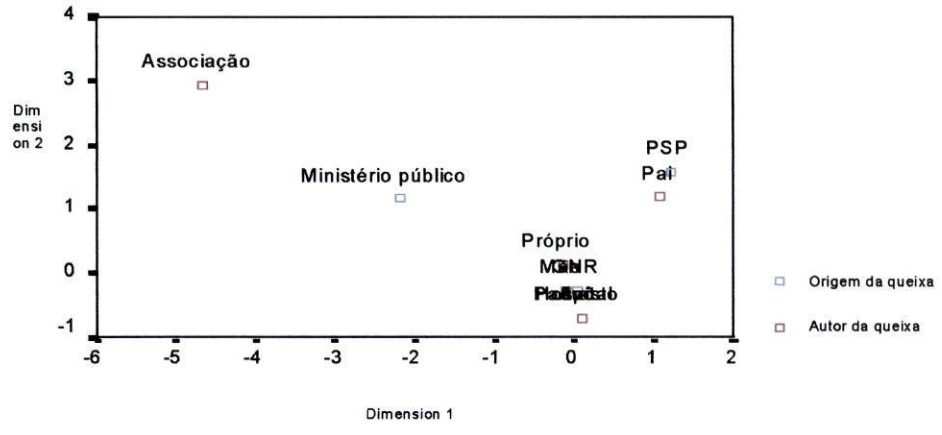
Tabela 13- Relação entre as variáveis origem da queixa e autor da queixa

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia: Accounted for	Proportion of Inertia: Cumulative
1	,469	,220			,588	,588
2	,393	,154			,412	1,000
Total		,374	27,338	,017	1,000	1,000

A relação deve-se essencialmente ao facto das queixas na PSP serem efectuadas pelo Pai do agredido. Verifica-se também que a única queixa proveniente de uma Associação foi efectuada no Ministério Público. Por outro lado, as restantes queixas no Ministério público têm distribuição idêntica para cada autor da agressão, já que a distância entre estas categorias e a do Ministério Público é aproximadamente iguais.

Para a GNR os autores da queixa serão predominantemente as outras categorias, excluindo o Pai e a Associação (Gráfico 15).

Gráfico 15- Representação da Dispersão entre as variáveis origem da queixa e autor da queixa



4.2.2.5 – Relação Concelho e idade do agredido

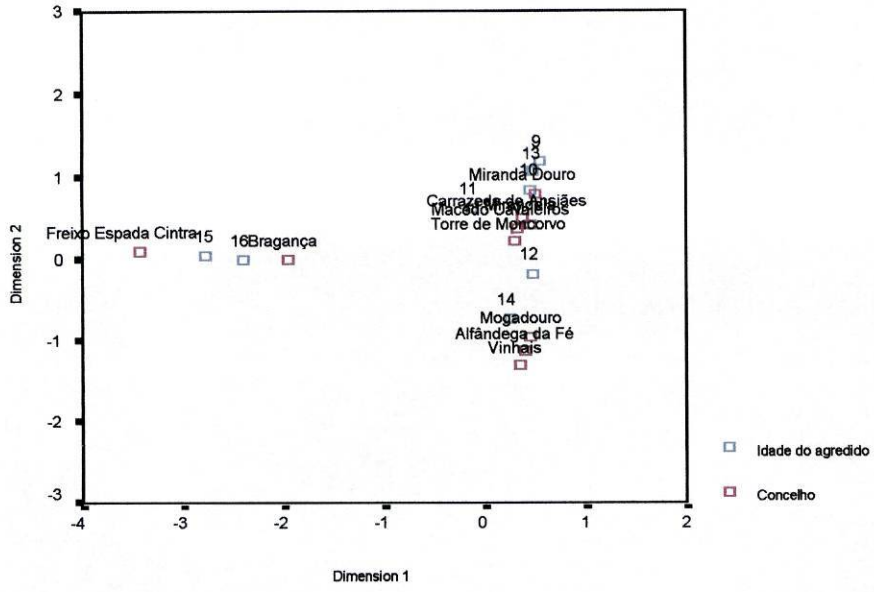
Na Tabela 14 apresenta-se um resumo das características que medem a qualidade de ajustamento da análise de correspondências entre as variáveis Concelho e Idade do agredido. Deduzem-se sete dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados destas duas variáveis. Analisando as duas primeiras, são explicadas respectivamente em 53,8% e 18,6% da variação observada. O valor que se observa para o qui-quadrado é de 87,323 a que corresponde um valor de prova de 0,023, o que indica que existe uma relação estatisticamente significante entre as duas variáveis, pois o valor de prova é inferior a 5% (0,05).

Tabela 14- Relação entre as variáveis Concelho e idade do agredido

	Singular		Chi		Proportion of Inertia	
Dimension	Value	Inertia	Square	Sig.	Accounted for	Cumulative
1	,808	,652			,538	,538
2	,475	,226			,186	,724
3	,390	,152			,125	,849
4	,308	,095			,078	,927
5	,243	,059			,049	,976
6	,163	,027			,022	,998
7	,051	,003			,002	1,000
Total		1,213	87,323	,023	1,000	1,000

Observando o Gráfico 16, em Bragança e Freixo de Espada à Cintra predominam agredidos com idades de 15 e 16 anos. Em Mogadouro, Alfândega da Fé e Vinhais predominam os agredidos com 14 anos e em menor grau com 12 anos. As restantes idades predominam nos restantes concelhos.

Gráfico 16- Representação da Dispersão entre as variáveis Concelho e idade do agredido



4.2.2.6 - Relação agressor e nº irmãos do agredido

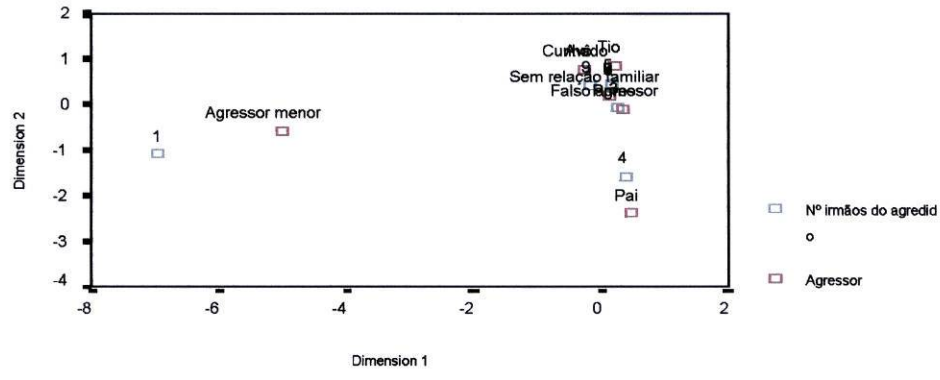
Como podemos analisar na Tabela 15, deduzem-se cinco dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados das variáveis Relação do agressor com a vítima e número de irmãos do agredido. Atendendo apenas às duas primeiras dimensões, verifica-se que ambas explicam 79,0% da variação observada. A primeira dimensão explica 49,6% da variação observada enquanto a segunda dimensão representa 29,4%. O valor que se observa para o qui-quadrado é de 75,490 a que corresponde um valor de prova de 0,042, o que indica que existe uma relação entre as duas variáveis que é estatisticamente significante pois o valor de prova é inferior a 5% (0,05).

Tabela 15- Relação entre as variáveis agressor e nº irmãos do agredido

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia: Accounted for	Proportion of Inertia: Cumulative
1	,716	,513			,496	,496
2	,551	,304			,294	,790
3	,369	,136			,131	,922
4	,265	,070			,068	,989
5	,105	,011			,011	1,000
Total		1,034	75,490	,042	1,000	1,000

O único agredido que tem apenas um irmão foi vitimado por um agressor menor. Quando o agressor é o Pai predominam 4 irmãos. Quanto aos outros agressores com e sem relação familiar, agridem mais as vítimas que têm muitos irmãos, observando-se uma maior concentração nos sem relação familiar com os agredidos com nove irmãos, como podemos ver no Gráfico seguinte.

Gráfico 17- Representação da Dispersão entre as variáveis agressor e nº de irmãos do agredido



4.2.2.7 - Relação resultado final do processo e idade do agredido

Na Tabela 16, deduzem-se cinco dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados destas duas variáveis. Analisando apenas as duas primeiras dimensões, verifica-se que ambas explicam 78,2% da variação observada. A primeira dimensão explica 56,3% da variação observada enquanto a segunda dimensão representa 21,9%. O valor do qui-quadrado é de 64,49 a que corresponde um valor de prova de 0,02, indicando assim uma forte relação e estatisticamente significante entre as duas variáveis ($p<0,05$).

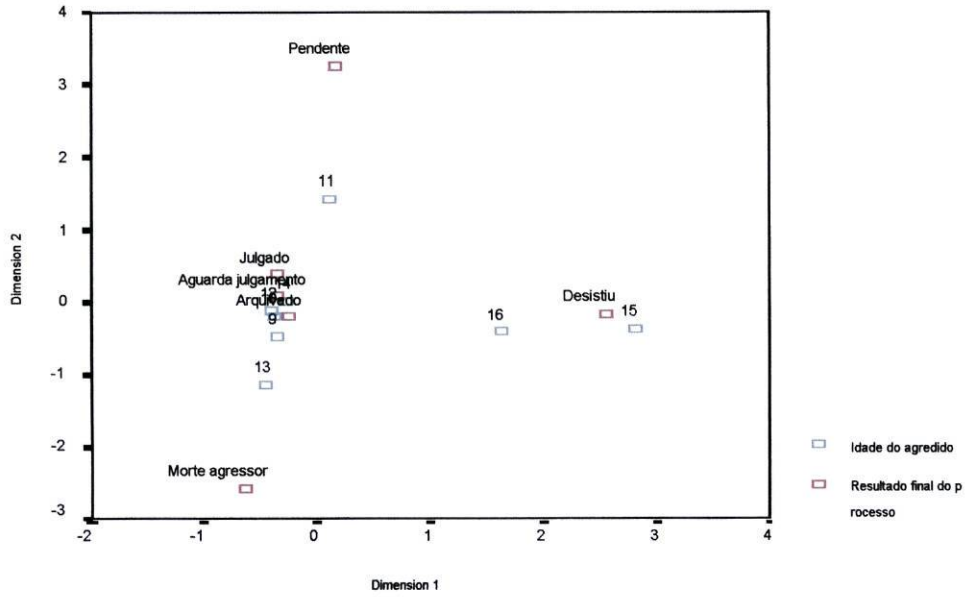
Tabela 16- Relação entre as variáveis resultado final do processo e idade do agredido

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,710	,504			,563	,563
2	,443	,196			,219	,782
3	,385	,148			,166	,947
4	,212	,045			,050	,998
5	,045	,002			,002	1,000
Total		,896	64,49	,002	1,000	1,000

Conforme podemos observar no Gráfico 18, os agressores de 15 e 16 anos desistem predominantemente do processo. Alguma predominância de casos pendentes para a idade de 11 anos. O único agressor que morreu ocorreu para um agredido de 13 anos.

Para as restantes idades observam-se casos julgados, aguardam julgamento e arquivados não se detectando diferenças significantes.

Gráfico 18- Representação da Dispersão entre as variáveis resultado final do processo e idade do agredido



4.2.2.8- Relação origem da queixa e agressor

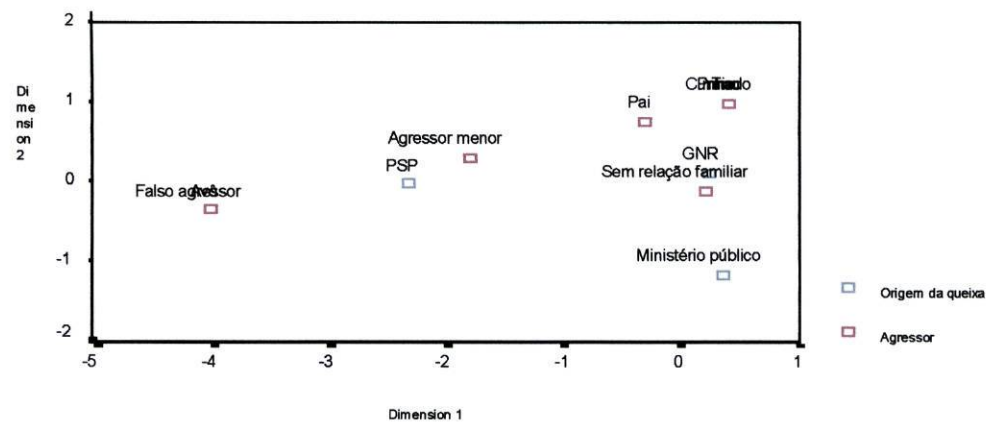
Na Tabela 17 apresenta-se um resumo das características que medem a qualidade de ajustamento da análise de correspondências entre as variáveis Origem da queixa e Agressor (relação familiar com a vítima). Deduzem-se duas dimensões que explicam 100% da variação observada no conjunto de dados destas duas variáveis. São explicadas respectivamente em 96,9% e 3,1% da variação observada. O valor para o qui-quadrado é de 25,564 a que corresponde um valor de prova de 0,029, o que indica que existe uma relação estatisticamente significante entre as duas variáveis ($p<0,05$).

Tabela 17- Relação entre as variáveis origem da queixa e agressor

Dimension	Singular Value	Inertia	Chi Square	Sig.	Proportion of Inertia	
					Accounted for	Cumulative
1	,583	,339			,969	,969
2	,104	,011			,031	1,000
Total		,350	25,564	,029	1,000	1,000

Como podemos observar no Gráfico 19, as queixas provenientes da PSP estão mais associadas a Falso agressor, Avô e Agressor menor. O ministério público mais associado a sem relação familiar. A GNR apresenta uma maior associação com - sem relação familiar, pai, tio, cunhado, etc.

Gráfico 19- Representação da Dispersão entre as variáveis origem da queixa e agressor



Na análise de correspondências efectuada, essas foram as relações significantes encontradas entre as variáveis. Efectuaram-se outras análises de correspondências, no entanto não se detectaram relações significantes. Este

facto não é de estranhar uma vez que a análise categórica de componentes principais já havia indicado que estas seriam as variáveis que mais estariam relacionadas.

Após a análise dos resultados obtidos pela análise de correspondências verifica-se que se obtêm conclusões idênticas às obtidas pela CATPCA, conseguindo identificar-se e caracterizar-se quais as relações mais importantes entre as variáveis.

5- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente estudo propusemo-nos investigar o abuso sexual a menores no distrito de Bragança, verificando que a sua ocorrência é estatisticamente pouco significativa.

Numa população de 150.000 habitantes apenas encontramos 73 casos, ou seja, uma prevalência inferior a 1%, resultados que estão muito aquém dos encontrados por outros autores. Podemos referir as pesquisas recentes de MacMillan et al (1997) que menciona 17,1% de pessoas que foram vítimas de abuso sexual na infância, numa amostra de 10000 e o de Lopez et al (1994) que identificaram 18,9%. Claro que a metodologia de investigação foi diferente o que pode conduzir a resultados diferentes. O contacto directo com a população, através de questionários de auto-avaliação retrospectiva, seria uma metodologia potencialmente mais eficaz para identificar pessoas que tenham sofrido de abusos sexuais. No entanto, seria uma investigação que não poderia ser realizada no escasso tempo de que dispusemos e por um só investigador.

O facto é que, por pequena que seja a percentagem da ocorrência de tal violência, em termos particulares para a vítima e sua família, o acontecimento tem repercussões psicológicas nefastas, pois, como revelado por alguns estudos nacionais e internacionais, entre 14 a 52% de pessoas que fazem tratamento psiquiátrico ou psicológico, foram vítimas de abuso sexual na infância (Wurr e

Partidge, 1996; Oliveira e Santos, 1993; Fernandes, 1990), o que sem dúvida se repercutirá também na formação e desenvolvimento de qualquer sociedade.

Mas, o facto de encontrarmos estes resultados poderá significar que as experiências que muitos autores chamam de abuso sexual podem não ser vividas como agressão sexual, ou então, submetidas a coação ou ameaças, as vítimas não as denunciam.

Como refere Lopez (1995), a maioria das pessoas que sofrem abuso sexual na infância não denunciam ou revelam a sua experiência e muitos profissionais que identificam casos de abuso sexual não os denunciam em cerca de metade dos casos, o que torna difícil obter dados seguros da sua incidência.

Também Araújo (1997) nos diz que as crianças não revelam o abuso por medo de ser castigados, maltratados e que ninguém os acredite. Principalmente quando se verifica incesto, o agressor usa estratégias eficazes que produzem na vítima a ideia de que o seu segredo é o que mantém unida a família.

Podemos ainda reflectir acerca das crenças, ideias e opiniões, nomeadamente a religiosidade que ainda condicionam o sentir e o agir destas gentes transmontanas. Para além das variáveis sociais e aspectos familiares, os crentes praticantes são, geralmente, os que mais negam a sexualidade infantil e as suas manifestações e também prevalece a ideia de que qualquer um se daria conta se uma criança próxima, fosse vítima de abuso sexual.

Pinto da Costa (1990) diz-nos que, em Portugal, os dados reveladores de casos denunciados são escassos e indicadores não reais dos factos, mas no entanto têm vindo a aumentar nos últimos tempos.

No presente estudo, verificamos que a maioria das vezes (64%), a queixa é protagonizada pela mãe da vítima, mas também é a mãe que mais vezes (80%) desiste da mesma queixa, como se após um impulso de vontade de justiça, venha a sobrepor-se o que é geralmente descrito como a preservação da dignidade individual e familiar. Em contraponto a esta actuação verifica-se que quando a queixa é da própria vítima (14%), o fenómeno da desistência é de 5% podendo ser interpretado como a vontade própria de ser socialmente ressarcida da violência que interpretou. Claro que a revelação do abuso sexual é um factor de stress para todo o agregado familiar, mas, como refere Azevedo et al (1993), é mais evidente na mãe pela função social de protecção e apoio que desempenha junto dos filhos, vivenciando tal constatação como sinal de incompetência no cumprimento desse seu dever. Segundo Alves (1995), ao contrário do que muita gente pensa, as mães podem silenciar o abuso que conhecem, devido à dependência afectiva e financeira com o agressor e/ou para evitar a exposição da criança à vergonha.

Os dados dos Tribunais, dos serviços de polícia e dos serviços de suporte social não são coincidentes. O estigma social, a atitude de descrédito ou culpabilização da vítima pela sociedade, a vergonha e o medo perante o abusador são alguns dos motivos que reforçam o segredo próprio da situação abusiva. Esta reorganização do silêncio que se verifica na vítima ou na família é favorecida pela organização do sistema judicial pois, além de expôr a vítima é lenta e por vezes ineficaz nas respostas concretas. Esta evidência é verificada na nossa pesquisa ao constatarmos que a maioria dos processos elaborados

pelo Ministério público é arquivada (59%), apenas 19% dos processos são julgados e nestes a maioria das sentenças (72%) foi de pena suspensa.

A distribuição da ocorrência do abuso sexual de menores por concelhos é quase homogénea, querendo significar que não podemos excluir qualquer um por ser mais rural ou urbano embora, o concelho de Carrazeda de Ansiães, de predomínio rural, seja o que apresenta um maior número de participações (18%) de abuso sexual a menores, mas números similares aparecem em Bragança (14%) e Mirandela (10%) de características mais urbanas. De salientar que no concelho de Vimioso, predominantemente rural, não houve registo de qualquer agressão sexual a menores no período em estudo.

É de repúdio geral nesta região interior de Portugal, em desertificação acelerada dos pequenos agregados sociais (aldeias), que as mulheres possam ser agressoras sexuais. Tal facto, poderá estar na base da não constatação da agressão sexual por parte de agressor do sexo feminino. A totalidade dos agressores no nosso estudo são do sexo masculino sendo que em 82% sem relação familiar com as vítimas, e em 14% são familiares (pai, avô, tio, cunhado, primo) o que está de acordo com o exposto por Fernandes (1990) e Cohen (1993).

A idade média dos agressores é de 45 anos, em que 74% se situa entre os 35 e os 58 anos, resultados que corroboram o estudo de Lopez (1994) e Moura (1998), o que vem contrariar a ideia muito difundida de que o agressor "será um velho, com características psicológicas demenciais".

Quanto à classe etária dos agredidos, sabemos que todas as crianças estão em risco de ser vítimas de abuso sexual. No entanto, a maior parte dos autores

consultados, apontam para cerca de 80% terem idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, com um pico máximo entre os 10 e os 14 anos (Marques e al, 1998). Tal facto foi o constatado no nosso estudo, sendo que as vítimas apresentam idades compreendidas entre os 11 e 14 anos abrangendo 72% do total da amostra. Constatamos apenas uma única vítima do sexo masculino, sendo também a mais nova das vítimas (9 anos) e é violentado por um menor de 16 anos. Realmente, de um modo geral, todos os estudos apontam que o abuso sexual de menores ocorre com maior frequência no sexo feminino, apesar de se teorizar que os homens tendem mais a ocultar tais acontecimentos pelo medo de serem conotados como homossexuais.

Como diz Nunes de Almeida (1997), não se pode fazer intervenção ou prevenção do abuso sexual a menores, sem haver conhecimento actualizado e sistemático da realidade. Ao ser constatado que, apesar de não mostrarem a verdadeira realidade do fenómeno em estudo, as denúncias têm vindo a aumentar (Vidal,1998), pensamos que poderá conduzir a uma grande espiral cumulativa desse silêncio que se rompe, deixando de ser um assunto privado para ser um tema colectivo e de interesse público.

A noção de que as crianças dizem a verdade quando revelam a sua experiência de abuso sexual, talvez seja o reflexo dum início de mudança de mentalidade que se avizinha para as novas gerações. Os meios de comunicação social podem desempenhar um papel positivo, desde que eticamente correcto, e todos os profissionais que identificam casos de abuso sexual deveriam exercer o seu dever de cidadania, denunciando tal crime. A intervenção de apoio à vítima e família deveria ser uma realidade facilmente visualizada no seu horizonte, para

que os efeitos dos abusos sexuais fossem o menos negativos possível. Da mesma forma, também os técnicos multidisciplinares que intervém neste processo crime, deveriam utilizar estratégias que não permitissem a revitimização.

6-CONCLUSÕES

Investigar os abusos sexuais a partir do conhecimento dos estudos existentes em Portugal e no estrangeiro, foi nosso propósito ao longo desta breve investigação. A teoria que deu corpo ao estudo, teve como meta conhecer as dimensões deste problema, conseguindo reunir diferentes perspectivas, desde a caracterização dos intervenientes na interacção abusiva, até à prevenção e aos efeitos. Claro que, dada a abrangência fenomenológica do contexto geral do abuso sexual de menores, seguramente muito haveria ainda para abordar, não se esgotando o tema. Reconhecemos que houve alguma dificuldade em adquirir bibliografia, pelo que consideramos que possa haver literatura à qual não tivemos acesso.

No entanto, a realização da presente investigação permitiu-nos efectuar algumas reflexões, considerando que conseguimos facilmente atingir os objectivos a que nos propusemos, apesar da sua humilde abrangência resultante da pouca informação encontrada nos processos judiciais. Os nossos resultados evidenciam que o abuso sexual é uma realidade presente em Portugal, afectando provavelmente todas as regiões do país.

As características do abuso sexual de menores, encontradas no Distrito de Bragança, manifestam a transversalidade cultural e social do fenómeno, ficando o factor económico sem possibilidade de análise objectiva (por falta de

dados). Concluímos que os agressores podem ser tanto conhecidos como desconhecidos, com ou sem relação familiar, mas na sua maioria esta não se verifica e quando existe o pai é mais frequentemente o agressor. As idades são diversas, desde o jovem adolescente ao idoso, mas os agressores mais comuns têm entre 49 e 58 anos. Apenas uma pequena percentagem dos acusados foi julgada (19,2%) e destes, apenas 1,4% cumprem pena efectiva, fazendo-nos pensar na possibilidade de falso agressor ou falta de provas da acusação.

Quanto às vítimas do abuso sexual, são na sua quase totalidade do sexo feminino, situando-se mais frequentemente na faixa etária dos 11 aos 14 anos. Verificou-se também que são jovens crianças com muitos irmãos o que sugere uma classe social e económica abaixo da média.

Podemos predizer que não são os concelhos com mais habitantes onde se verifica uma maior incidência dos abusos, pois, por exemplo, Carrazeda de Ansiães tem aproximadamente a mesma população que Freixo de espada à Cinta e naquela, o número de casos é muito superior (respectivamente 17,8% e 1,4%), sendo ainda maior que em Bragança (13,7%), apesar de esta cidade ter um muito maior aglomerado populacional.

A queixa é com frequência participada pela mãe e, em pequena percentagem pelo pai ou pela própria vítima do abuso sexual. Os hospitais ou associações apresentam uma taxa de participação muito baixa o que nos sugere a baixa incidência do recurso a estas instituições após o acontecimento. Geralmente a queixa é participada aos agentes da GNR e, apenas numa pequena percentagem, ao Ministério Público.

Não podemos delinear um perfil da vítima e do agressor, nem do contexto abusivo, mas podemos reflectir que a diversidade que os caracteriza dificulta a tomada de decisão para efectivar programas de prevenção.

Cremos indubitavelmente que será necessária a realização de estudos mais abrangentes, considerando as várias vertentes do carácter abusivo. A própria conceptualização de abuso sexual a menores sugere uma não uniformidade. A maioria dos autores utiliza critérios de diferença de idade e assimetria de poder, os quais adoptamos para nossa própria definição. Torna-se importante um manejo de um conceito mais amplo de abuso sexual de menores, que contemple os tipos de práticas sexuais sem contacto físico e que inclua o abuso entre iguais. Claro que poderemos prever outros aspectos difíceis de transpor, relacionados com as dificuldades para delimitar as fronteiras entre o normal e o abusivo, o que seria impossível sem ter em consideração os aspectos mais amplos relacionados com a cultura e as distintas sociedades.

Todas as informações servem de suporte à afirmação de que todas as crianças estão em risco e devem ajudar a aclarar alguns pontos relativos a esta realidade:

- Saber que todas as crianças estão em situação de risco evita aos profissionais e à sociedade em geral a pensar que com as suas crianças isto nunca se vai passar e, portanto, ignorar esta possibilidade quando a criança está realmente em risco ou quando já tenha sido vítima e necessite do adulto para interromper o abuso;
- Os programas de prevenção devem servir para todas as crianças, incluídos em programas gerais de educação sexual, desde a perspectiva de que as

crianças são potenciais vítimas, potenciais agressores e potenciais confidentes do abuso de outras crianças e,

- A sociedade em geral, e não só determinados sectores mais marginalizados, devem ser educados para não abusar das crianças (respeitando os seus direitos e sabendo cumprir os seus deveres) e para saber confrontar-se com os abusos sexuais que lhe sejam revelados.

Sem dúvida que os avanços do conhecimento sobre a realidade dos abusos sexuais de menores possibilita aos profissionais, às próprias vítimas e à sociedade, uma compreensão mais ampla do fenómeno, proporcionando a uns e a outros a possibilidade de enfrentar mais eficazmente este problema.

BIBLIOGRAFIA

-Adams, P. L. (1979) *Sexual freedom for children versus adult sexual abuse of children: description of a community action program.* Actas do simposium internacional sobre a infância e sexualidade na Universidade de Quebec e Montreal Setembro, pp. 677 – 681.

-Adams, P. L. (1991) *Silently seduced: when parents make their childrens partners- Undestanding cover incest.* Deerfield Beach, FL: Health Communications.

-Almeida, A. N. (1997) *Crianças maus-tratos e famílias.* Actas do 1º Seminário nacional sobre abusos sexuais de crianças e adolescentes Lisboa, Maio, (pp. 49-54)

-Alves, S.M.R. (1995) *Crimes Sexuais.* Notas e comentários aos artigos 163º a 179º do código penal. Coimbra: Almedina

-Amaro, F. Gersão, E. e Leandro, A. (1998) *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicidade.* Cadernos do CEJ,1

-Araújo, H. S. (1997*) O sindroma do segredo: criança/adolescente abusado e adulto abusador.* Actas do 1º Seminário nacional sobre abusos sexuais de crianças e adolescentes (pp.99 – 110). Lisboa, Maio.

-Azevedo, M. A. e Guerra, V. N. A. (1989) *Vitimação e vitimização: questões conceituais. Crianças vitimizadas. A síndrome do pequeno poder.* (pp. 25-47) S Paulo: Iglu.

-Azevedo, M. A. e Guerra, V. N. A.(Orgs.).(1993). *Infância e violência domésticas: fronteiras do conhecimento*. S. Paulo: Cortez

-Azevedo, M. A. Guerra, V. N. A. e Vaicunas, N. (1993). *Incesto ordinário. A vitimização sexual doméstica.* (pp.195-209). S. Paulo: Cortez.

-Barudy,J. (1998). El *dolor invisible de la infancia.Una Lectura ecosistémica del maltrato infantil.* Barcelona: Paidós

-Bastiaans (1957) citado por Barudy J.(1998) *Societé ,Violence Famille*

-Betovin, A. E Vizard, E. (1998). *Sexual abuse, sexuality and childhood. Child sexual abuse Within the family: assessement and treatment.*(pp. 1 – 15). London: Wright.

-Blanco, M. P. (1990) *Abuso sexual na família.* Cadernos do C.E.J, 2 219-224.

-Browne, A. e Finkelhor, D. (1986) . *A sourcebook on child sexual abuse* (pp. 143-179). Beverly Hills: Sage

-Cervo, A. L.; Bervian, P. A (1983). *Metodologia Científica*. 3ª Ed., S. Paulo.

-Coffey, P. Leitenberg, H. Henning, K. Turner,T. E Bennett, R.T. (1996) *Mediators of the long term impact of child sexual abuse: perceived stigma,betrayal, poewlessness ans self- blame* Child Abuse and Neglect, 20(5),447-455.

-Cohen, C. (1993) *O incesto* em M. A. Azevedo e V. N. A. Guerra, (Org) Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. (pp. 211-226). S. Paulo: Cortez.

-Cortés Arboleda,M. R. (1997) *Definicion ,incidência y causas del abuso sexual infantil*(pp 172-215). Madrid: Siglo veintiuno

-Cottraux, J. et al (1985). *Méthodes et Echelles D' Evaluation des Comportements*. Editions Paris.

-Elliot, M. (1993*) Female abuse of children*. New York: Guildford Press.

-Feiring, C. e Lewis, M. (1996) *A process model for undertanding adaptation to sexual abuse: the role of shame in defining stigmatization*. Child abuse and neglect, 20(8), 767-782.

-Fernandes, M. L. (1990). *Abuso sexual infantil*. Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 2, 201-208

-Figueiredo Dias, (1996) *Comentário Conimbricense do Código Penal* I 541

-Finkelhor, D. (1980) *Sex among sibling: a survey on prevalence, variety and effects*. Archives of Sexual Behavior, 9 (3), 171 – 194

-Finkelhor, D. (1979). *Sexually victimized children*. New York: Free Press

-Finkelhor, D. (1994) The *international epidemiology of child sexual abuse*. Child abuse and neglect, 17,409 – 417

-Freud,S. (1905*) tres ensaios para uma teoria sexual*. Madrid: Nueva Madrid.

-Furniss, T. (1993) Abuso *sexual da criança-uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes médicas.

-Furniss, T. (1993) *The multiprofessional handbook of child sexual abuse,* Tradução. Porto Alegre: Artes Médicas.

-Gelles, R.J., Strauss,M.A. (1979) *Determinants of violence in Family* Eds Comtemporary theories about the Family (pp.549-581) N.Y.the Free Press

-Gold, S. N. Hughes, D. M. E Swingles,J. M. A. (1996) *Characteristics of childhood sexual abuse among female survivors in therapy.*Child abuse and neglect,20(4),323-335

-Kellog, N. G. e Hoffman, T. J. (1997*) Child sexual revictimization by multiple perpetrators*. Child abuse and Neglect,21 (10), 953-964

-Kendrik, A. J. (1994) *Fostering assessment in the context of child sexual abuse:a literature revieu.* Dundee: Tayside Region Work Departement.

-Kinsey, A. C. Pomeroy, W. V. Martin, C.E.e Gebhard, P.H. (1953). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: Saunders

-Lopez. F. e Fuertes, A. (1979) *Para comprender la sexualidad*. Estella, Navarra: Verbo Divino.

-Lopez, F. (1994*) Abusos sexuais de menores: lo que recuerdam los adultos.* Madrid: Ministério de Assuntos Sociais.

-Lopez, F. (1995) *Prevención de los abusos sexuales de menores e educacion sexual.* Salamanca: Amarú Ediciones

-Lopez, F. Fuertes, A. Zapian,J. Carpinteiro, E. (1994). *Abusos sexuales de menores: loque recuerdam los adultos*. Madrid: Ministério de Assuntos Sociales.

-Macasklill, C. (1991*). Adopting or Fostering a Sexually Abused* Child. London: Batsford

-MacMillan, H.L., Fleming, J. E. E outros (1997) *Prevalence of child physical and sexual abuse in the comunity*. The Journal of American Association, 278(2), 131-135

-Magalhães, Teresa(2001) *Maus tratos em crianças e jovens* Porto Saúde e Sociedade.

-Marques, A. M., Calado, B. Fernandes, M.J. L., Cordeiro, M. e Prazeres, V (1998). *Abusos sexuais em crianças e adolescentes: estudo exploratório.* Comunicação apresentada no 4º Congresso da Federação Europeia de Sexologia. Lisboa, Setembro.

-Marreiros, G (1997) . *A resposta do código penal. Actas do primeiro seminário nacional sobre abuso sexual de crianças e adolescentes.* (pp. 71 – 85). Lisboa, Maio

-McDevitt, S. (1996) *The impact of news media on child abuse reporting*. Child Abuse and Neglect, 20(4), 261-274

-Mott, L (1993) *Abuso sexual ritualistico*. Em M. A. Azevedo e V.N.A. Guerra (Orgs.).(1993) Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.(pp 119-132). S Paulo: Cortez

-Moura, H.R. (1998). A *expressão violenta da sexualidade: contributo para o estudo dos agressores sexuais.* Mestrado em Psicologia Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

-Nagel, D. E. (1997*) Disclosure patterns of sexual abuse and psychological functioning at a 1- year follow-up.* Child Abuse and Neglect, 21(2), 137-147.

-Noguerol, V. (1997) *Implicacion del sistema legal en el abuso sexual infantil.Un saco lleno de preguntas,dilemas y frustaciones*. Bienestar y Protecçion infantil,1.95-104.

-Oliveira, C. V. e Santos, P. A. (1993*) Abuso sexual infantil: uma realidade*. Psiquiatria Clínica, 14 (4), 256-269.

-Pendergrast, M. (1996*). Victims of memory: Sex abuse accusations and shattered lives*. Hinesburg, : Upper Acces Book

-Pinto da Costa, J. (1990) *Abuso sexual em menores*. Comunicação apresentada na Reunião Cientifica da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Coimbra

-Pinto da Costa, J. (1996). *Violência Familiar*. Boletim de Medicina Legal e Toxicologia Forense, vol. X, nº 1

-Ray,K. C. E Jackson, J. L. (1997) *Family environment and childhood sexual victimization*. Journal of Interpersonal Violence,12(5),704-728.

-Renvoize, J. (1993). *Innocence destroyed*: a study of child sexual abuse. London Routledge

-Rodrigues, J. (1994). *Abusos sexuais em Portugal*. Acta Portuguesa de Sexologia, 1, 47-51.

-Russel, D.E.H. (1983) *the incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children*. Child abuse and Neglect, 7,133-146

-Salter, A. C. (1992*) Epidemiology of child abuse*. The sexual abuse of children. Vol1 New Jersey: Laurence Erlbaum

-Sandfort, T.(1987) *Boys on their contact with men*. N York.: Global Academic Publisher

-Santos, J. C. 1996) *Abusos sexuais infantis:"gato escondido com o rabo de fora"*. Sexualidade e Planeamento Familiar, nº 11/12 (série 2, Jul-Dez.) 12-15.

-Sgroi, S.M. e Sargent, N.M. (1993). *Impact and treatment issues for victims of childhood sexual abuse by female perpetrators*. New York : Longman.

-Stilwell, I . 1997). *E a comunicação social? Anjos ou vampiros?* Actas do Primeiro Semanário nacional sobre abusos sexuais de crianças e adolescentes, Lisboa, Maio p. 111 – 114.

-Vidal, J. M. (1997) *Direito dos menores e menores em direito*. Actas do Primeiro Seminário nacional sobre abusos sexuais de crianças e adolescentes. (pp49-54). Lisboa. Maio

-Wurr, C. e Partridge, I. M. (1996) *The prevalence of a history of childhood sexual abuse in a acute adult inpatient population*. Child Abuse and Neglect, 20(9), 867-872.